

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	8
DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	9
Demonstração do Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	17
DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	18
Demonstração do Valor Adicionado	19

Comentário do Desempenho	20
Notas Explicativas	30

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	73
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	75
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	76

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	7.184.178
Preferenciais	7.232.205
Total	14.416.383
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	30/04/2018	Dividendo	29/06/2018	Ordinária		0,18388
Assembléia Geral Ordinária	30/04/2018	Dividendo	29/06/2018	Preferencial	Preferencial Classe A	3,92626
Assembléia Geral Ordinária	30/04/2018	Dividendo	29/06/2018	Preferencial	Preferencial Classe B	0,20227

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	652.640	754.502
1.01	Ativo Circulante	35.091	35.676
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.475	6.964
1.01.03	Contas a Receber	13.998	15.323
1.01.03.01	Clientes	13.998	15.323
1.01.04	Estoques	539	565
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.930	1.758
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	4.930	1.758
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	11.149	11.066
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	2.094	2.094
1.01.08.03	Outros	9.055	8.972
1.02	Ativo Não Circulante	617.549	718.826
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	39.523	42.227
1.02.01.06	Tributos Diferidos	27.192	30.228
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	27.192	30.228
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	12.181	11.849
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	12.181	11.849
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	150	150
1.02.01.09.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	150	150
1.02.02	Investimentos	560.497	660.813
1.02.02.01	Participações Societárias	560.497	660.813
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	0	78.896
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	0	519.243
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	0	62.309
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	0	365
1.02.03	Imobilizado	13.099	13.136
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	13.099	13.136
1.02.04	Intangível	4.430	2.650
1.02.04.01	Intangíveis	4.430	2.650

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	652.640	754.502
2.01	Passivo Circulante	20.984	24.157
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	184	174
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	184	174
2.01.02	Fornecedores	9.184	8.795
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	9.184	8.795
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.488	5.488
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.488	5.488
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	3.579
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	0	1.909
2.01.05	Outras Obrigações	9.128	9.700
2.01.05.02	Outros	9.128	9.700
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	7.741	7.741
2.01.05.02.04	Outras Obrigações	1.387	1.959
2.02	Passivo Não Circulante	97.366	97.366
2.02.03	Tributos Diferidos	97.270	97.270
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	97.270	97.270
2.02.04	Provisões	96	96
2.03	Patrimônio Líquido	534.290	632.979
2.03.01	Capital Social Realizado	566.025	566.025
2.03.04	Reservas de Lucros	24.635	24.635
2.03.04.01	Reserva Legal	1.615	1.615
2.03.04.02	Reserva Estatutária	23.020	0
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	23.020
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	5.419	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-61.789	42.319

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	6.786	7.898
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-5.515	-6.022
3.03	Resultado Bruto	1.271	1.876
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	3.840	7.793
3.04.01	Despesas com Vendas	5.989	11.840
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-5.941	-3.438
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-33
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.792	-576
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	5.111	9.669
3.06	Resultado Financeiro	455	667
3.06.01	Receitas Financeiras	562	721
3.06.02	Despesas Financeiras	-107	-54
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	5.566	10.336
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-147	162
3.08.02	Diferido	-147	162
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	5.419	10.498
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	5.419	10.498
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,35790	0,69340
3.99.01.02	PNA	0,39370	0,76280
3.99.01.03	PNB	0,39370	0,76280
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,35790	0,69340
3.99.02.02	PNA	0,39730	0,76280
3.99.02.03	PNB	0,39730	0,76280

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	5.419	10.498
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-104.108	-67.909
4.02.01	Equivalência Patrimonial sobre Obrigação Atuarial sobre Benefício Definido	-104.108	-67.909
4.03	Resultado Abrangente do Período	-98.689	-57.411

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Direto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-980	36.157
6.01.01	Recebimento de Consumidores	14.408	18.402
6.01.02	Rendimento de Aplicações Financeiras	90	201
6.01.05	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	132	27.788
6.01.06	Outros Recebimentos	1.000	128
6.01.07	Fornecedores - Materiais e Serviços	-5.791	-6.425
6.01.10	Salários e Encargos Sociais	-3.444	-3.131
6.01.12	Impostos e Contribuições	-3.476	-551
6.01.15	Outros Pagamentos	-3.899	-255
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.488	-29.625
6.02.01	Aquisição de Ativos Financeiros da Concessão, Intangíveis e Imobilizados	-1.486	-53
6.02.05	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-2	-29.572
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-21	-8.459
6.03.01	Empréstimos e Financiamentos Obtidos	0	2.165
6.03.03	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio Pagos	0	-10.624
6.03.07	Outros	-21	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-2.489	-1.927
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	6.964	4.248
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.475	2.321

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	566.025	0	24.635	0	42.319	632.979
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	566.025	0	24.635	0	42.319	632.979
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	5.419	-104.108	-98.689
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	5.419	0	5.419
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-104.108	-104.108
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	-104.108	-104.108
5.07	Saldos Finais	566.025	0	24.635	5.419	-61.789	534.290

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	566.025	0	0	-119.773	165.702	611.954
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	566.025	0	0	-119.773	165.702	611.954
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-7.674	0	-7.674
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-7.674	0	-7.674
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	152.082	-123.383	28.699
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	152.082	0	152.082
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-123.383	-123.383
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	-123.383	-123.383
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	24.635	-24.635	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	24.635	-24.635	0	0
5.07	Saldos Finais	566.025	0	24.635	0	42.319	632.979

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
7.01	Receitas	13.636	20.502
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	7.647	8.899
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	5.989	11.603
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-8.586	-6.806
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-8.470	-6.698
7.02.04	Outros	-116	-108
7.03	Valor Adicionado Bruto	5.050	13.696
7.04	Retenções	-41	-69
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-41	-69
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	5.009	13.627
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.375	143
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.792	-577
7.06.02	Receitas Financeiras	451	588
7.06.03	Outros	132	132
7.06.03.01	Dividendos Recebidos	132	132
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	9.384	13.770
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	9.384	13.770
7.08.01	Pessoal	3.100	2.819
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.045	2.805
7.08.01.02	Benefícios	21	5
7.08.01.03	F.G.T.S.	34	9
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	738	392
7.08.02.01	Federais	585	214
7.08.02.02	Estaduais	153	178
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	127	61
7.08.03.02	Aluguéis	21	6
7.08.03.03	Outras	106	55
7.08.03.03.01	Despesas Financeiras	106	55
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	5.419	10.498
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	5.419	10.498

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	3.562.883	3.637.085
1.01	Ativo Circulante	1.654.589	1.695.912
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	70.077	92.001
1.01.03	Contas a Receber	528.885	555.376
1.01.03.01	Clientes	528.885	555.376
1.01.03.01.01	Consumidores e Revendedores	528.885	555.376
1.01.04	Estoques	7.974	7.846
1.01.06	Tributos a Recuperar	45.598	40.813
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	45.598	40.813
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.002.055	999.876
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	2.094	2.094
1.01.08.03	Outros	999.961	997.782
1.01.08.03.01	Valores a Receber de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros	906.100	922.669
1.01.08.03.03	Demais Créditos	89.783	69.728
1.01.08.03.04	Depósitos e Bloqueios Judiciais	4.078	5.385
1.02	Ativo Não Circulante	1.908.294	1.941.173
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	263.500	261.879
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	7.823	7.770
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	7.823	7.770
1.02.01.03	Contas a Receber	45.768	43.295
1.02.01.03.01	Clientes	45.768	43.295
1.02.01.06	Tributos Diferidos	33.742	36.252
1.02.01.06.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	33.742	36.252
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	176.167	174.562
1.02.01.09.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	5.010	5.010
1.02.01.09.05	Ativo Financeiro de Concessões	142.468	140.856
1.02.01.09.09	Demais Créditos	28.689	28.696
1.02.02	Investimentos	612.342	599.487
1.02.02.01	Participações Societárias	0	323.370
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	0	323.005
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	0	365
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	0	276.117
1.02.03	Imobilizado	102.980	104.066
1.02.04	Intangível	929.472	975.741

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	3.562.883	3.637.085
2.01	Passivo Circulante	1.669.434	1.625.803
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	55.667	50.819
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	55.667	50.819
2.01.02	Fornecedores	432.675	403.602
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	432.675	403.602
2.01.03	Obrigações Fiscais	181.948	198.161
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	237.752	189.671
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	170.776	125.030
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	170.776	125.030
2.01.04.02	Debêntures	66.976	64.641
2.01.05	Outras Obrigações	756.816	779.537
2.01.05.02	Outros	756.816	779.537
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	17.866	16.766
2.01.05.02.05	Encargos Regulatórios	118.665	101.030
2.01.05.02.06	Benefícios Pós Emprego	741	4.791
2.01.05.02.09	Contribuição de Iluminação Pública	80.182	79.130
2.01.05.02.10	Valores a Pagar de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros	506.415	543.297
2.01.05.02.15	Outras Obrigações	32.947	34.523
2.01.06	Provisões	4.576	4.013
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.576	4.013
2.02	Passivo Não Circulante	1.153.495	1.176.874
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	238.189	317.299
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	194.293	255.312
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	194.293	255.312
2.02.01.02	Debêntures	43.896	61.987
2.02.02	Outras Obrigações	532.568	485.392
2.02.02.02	Outros	532.568	485.392
2.02.02.02.03	Benefícios Pós Emprego	270.535	166.427
2.02.02.02.04	Encargos Regulatórios	171.037	168.748
2.02.02.02.05	Contribuição de Iluminação Pública	32.762	42.494
2.02.02.02.09	Obrigações Vinculadas a Concessão	8.540	65.420
2.02.02.02.10	Outras Obrigações	9.709	9.740
2.02.02.02.11	Valores a pagar de Parcela "A" e outros itens financeiros	39.985	32.563
2.02.03	Tributos Diferidos	308.578	299.017
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	308.578	299.017
2.02.04	Provisões	74.160	75.166
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	74.160	75.166
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	739.954	834.408
2.03.01	Capital Social Realizado	566.025	566.025
2.03.04	Reservas de Lucros	24.635	24.635
2.03.04.01	Reserva Legal	1.615	1.615
2.03.04.02	Reserva Estatutária	23.020	0
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	23.020
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	5.419	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-61.789	42.319

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	205.664	201.429

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	563.166	532.478
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-475.032	-418.804
3.03	Resultado Bruto	88.134	113.674
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-48.798	-81.364
3.04.01	Despesas com Vendas	-28.936	-29.095
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-43.656	-63.082
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	22.690	28.297
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-13.343	-17.962
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	14.447	478
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	39.336	32.310
3.06	Resultado Financeiro	-13.524	-14.186
3.06.01	Receitas Financeiras	12.767	30.343
3.06.02	Despesas Financeiras	-26.291	-44.529
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	25.812	18.124
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-15.024	-1.263
3.08.01	Corrente	-7.022	-17.607
3.08.02	Diferido	-8.002	16.344
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	10.788	16.861
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	10.788	16.861
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	5.419	10.498
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	5.369	6.363
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,35790	0,72830
3.99.01.02	PNA	0,39370	0,72830
3.99.01.03	PNB	0,39370	0,72830
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,35790	0,72830
3.99.02.02	PNA	0,39370	0,72830
3.99.02.03	PNB	0,39370	0,72830

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	10.788	16.861
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-104.108	-67.909
4.02.01	Ganho(Perda) Atuarial com Plano de Benefício Definido	-104.108	-67.909
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-93.320	-51.048
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-93.320	-51.048

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Direto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	26.702	67.856
6.01.01	Recebimento de Consumidores	1.079.099	921.702
6.01.02	Rendimento de Aplicações Financeiras	1.049	2.506
6.01.03	Juros de Mútuo Recebido	26	0
6.01.04	Liberação de Garantia CCEE	1.733	0
6.01.05	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	132	55.576
6.01.06	Outros Recebimentos	1.135	7
6.01.07	Fornecedores - Materiais e Serviços	-40.407	-44.633
6.01.08	Fornecedores - Energia Elétrica	-536.254	-399.217
6.01.09	Contribuição de Iluminação Pública	-49.585	-58.406
6.01.10	Salários e Encargos Sociais	-70.374	-109.083
6.01.11	Pagamentos e Encargos da Dívida	-12.014	-15.640
6.01.12	Impostos e Contribuições	-205.449	-185.191
6.01.13	Encargos Setoriais	-127.267	-93.403
6.01.14	Arrendamento Operacional	-8.197	0
6.01.15	Outros Pagamentos	-6.925	-6.362
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-17.153	-16.314
6.02.01	Aquisição de Ativos Financeiros da Concessão, Intangíveis e Imobilizados	-17.153	-16.314
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-31.473	-85.044
6.03.01	Empréstimos e Financiamentos Obtidos	0	2.165
6.03.03	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio Pagos	0	-68.612
6.03.04	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-31.897	-18.805
6.03.06	Custos de Transação	445	208
6.03.07	Outros	-21	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-21.924	-33.502
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	92.001	86.041
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	70.077	52.539

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	566.025	0	24.635	0	42.319	632.979	201.429	834.408
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	566.025	0	24.635	0	42.319	632.979	201.429	834.408
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	-1.134	-1.134
5.04.08	Constituição de Provisão Partes Beneficiárias	0	0	0	0	0	0	-1.134	-1.134
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	5.419	-104.108	-98.689	5.369	-93.320
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	5.419	0	5.419	5.369	10.788
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-104.108	-104.108	0	-104.108
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	0	-104.108	-104.108	0	0
5.07	Saldos Finais	566.025	0	24.635	5.419	-61.789	534.290	205.664	739.954

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	566.025	0	0	-119.773	165.702	611.954	219.218	831.172
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	566.025	0	0	-119.773	165.702	611.954	219.218	831.172
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-7.674	0	-7.674	-42.940	-50.614
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-7.674	0	-7.674	0	-7.674
5.04.08	Constituição de Provisão Partes Beneficiárias	0	0	0	0	0	0	-4.805	-4.805
5.04.09	Dividendos pagos	0	0	0	0	0	0	-38.135	-38.135
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	152.082	-123.383	28.699	25.151	53.850
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	152.082	0	152.082	25.151	177.233
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-123.383	-123.383	0	-123.383
5.05.02.06	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas	0	0	0	0	-123.383	-123.383	0	-123.383
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	24.635	-24.635	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	24.635	-24.635	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	566.025	0	24.635	0	42.319	632.979	201.429	834.408

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
7.01	Receitas	899.977	850.633
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	861.112	833.123
7.01.02	Outras Receitas	28.829	15.146
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	22.710	15.371
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-12.674	-13.007
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-507.660	-413.682
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-434.266	-384.787
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-42.684	-45.437
7.02.04	Outros	-30.710	16.542
7.02.04.01	Provisões/Reversões	-758	23.936
7.02.04.02	Custo de Construção	-22.710	-15.371
7.02.04.03	Outros	-7.242	7.977
7.03	Valor Adicionado Bruto	392.317	436.951
7.04	Retenções	-13.909	-13.094
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-13.909	-13.094
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	378.408	423.857
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	26.198	31.721
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	14.443	477
7.06.02	Receitas Financeiras	11.603	30.995
7.06.03	Outros	152	249
7.06.03.01	Dividendos Recebidos	152	249
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	404.606	455.578
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	404.606	455.578
7.08.01	Pessoal	61.424	74.139
7.08.01.01	Remuneração Direta	33.856	35.413
7.08.01.02	Benefícios	8.526	18.980
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.182	5.886
7.08.01.04	Outros	13.860	13.860
7.08.01.04.01	Participação nos Lucros e Resultados	13.860	13.860
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	301.040	311.824
7.08.02.01	Federais	140.038	151.448
7.08.02.02	Estaduais	161.002	160.376
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	31.354	52.758
7.08.03.02	Aluguéis	6.655	8.229
7.08.03.03	Outras	24.699	44.529
7.08.03.03.01	Despesas Financeiras	24.699	44.529
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	10.788	16.857
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	5.419	10.494
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	5.369	6.363

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 1º TRIMESTRE DE 2018

Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.



COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

1º TRIMESTRE DE 2018

COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA

(não revisado pelos Auditores Independentes)

O Relatório de Desempenho apresenta os números consolidados da Companhia Energética de Brasília ("Companhia" ou "CEB") e de suas controladas, descritas nas Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias, em 31 de março de 2018.

CONTEXTO MACROECONÔMICO

O expressivo crescimento dos investimentos estrangeiros no setor de energia (eletricidade e gás) que tem se verificado no Brasil tende a continuar nos próximos anos, de acordo com as intenções apuradas pelo Ministério de Desenvolvimento.

Em 2017 foram concretizadas vendas de ativos e leilões de concessões envolvendo os segmentos de transmissão (leilões tendo como vencedores a indiana *Sterlite Power* e a francesa *Engie*); geração (usinas da CEMIG leiloadas, cujos vencedores foram a chinesa *Spic*, que arrematou a UHE São Simão, e as UHEs Jaguará e Miranda, compradas pela francesa *Engie*); distribuição (CELG Distribuição S.A., adquirida pela Enel Brasil S.A.); e o Grupo CPFL Energia, cujo controle foi adquirido pela chinesa *State Grid*, dentre outras;

Para 2018 estão sinalizadas algumas operações que poderão confirmar o aquecimento do mercado do setor. Estão previstos o leilão da CESP; as vendas de ativos de distribuição da Eletrobrás; e os leilões de transmissão e geração, além de outras operações. Há ainda, grande interesse na geração de energia renovável (solar e eólica).

Assim, os fatos ocorridos recentemente, particularmente em 2017, e as projeções colhidas no setor, apontam claramente para um mercado comprador, conjuntura que favorece àquelas organizações que planejam eventuais desmobilizações de ativos em suas estratégias empresariais, em todos os setores de energia.

De outro lado, nos últimos anos, os segmentos de distribuição e geração de energia, em especial os empreendimentos hidroelétricos, tem enfrentado dificuldades decorrentes da crise hídrica que persiste, aflorando inconsistências regulatórias que resultaram e suscitam novas judicializações, trazendo inseguranças e causando efeitos nocivos nos resultados empresariais.

Tal conjuntura não tem solução de curto prazo e exigirá atenção permanente e proativa para mitigação das repercussões que continuarão se apresentando.

Considere-se ainda o ambiente econômico-financeiro do País. O último triênio mostrou-se desfavorável para a maioria das empresas. As retrações do PIB apuradas em 2015 e 2016, e a tímida retomada de crescimento de 2017, exigiram pronta movimentação das administrações para permitir a continuidade operacional das organizações.

As projeções para a economia nacional para os próximos anos são mais favoráveis, porém, deverão ser monitoradas periodicamente, e consideradas nos planejamentos de médio prazo da Companhia, que são atualizados anualmente.

De fato, em 1º de março de 2018, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE confirmou as expectativas dos agentes econômicos ao divulgar que o crescimento do PIB em 2017 atingiu 1%. Esta apuração reverteu os desempenhos negativos de 2015 e 2016, quando foram registradas retrações

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 1º TRIMESTRE DE 2018

Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.



correspondentes a (3,95%) e (3,46%), respectivamente, e evidenciou a primeira alta deste indicador desde 2013.

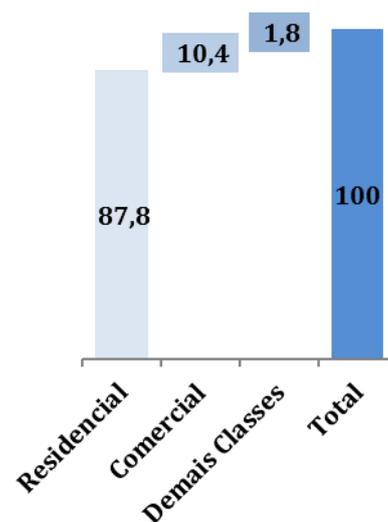
Ainda de acordo com o Banco Central, a Taxa Básica de Juros – SELIC, que estava em 14,25% ao ano desde julho de 2015, iniciou uma trajetória de queda a partir de outubro de 2016, quando foi reduzida para 14,00% e 13,75% no mês de dezembro. Em abril de 2017 a taxa recuou para 11,25%, tendo atingido 8,25% em setembro e encerrado o exercício com 7,00%. No final do 1º trimestre de 2018, continuou a trajetória de queda, alcançando 6,50%. Em resumo, o PIB continua modesto e a inflação medida pelo IPCA recuou para algo em torno de 2,68%. Por sua vez, o dólar experimentou desvalorização, ao regredir de R\$ 4,20 em 2015 para R\$ 3,40 em dezembro de 2016; e de R\$ 3,31 em dezembro de 2017, para R\$ 3,30 em 31 de março de 2018.

DESEMPENHO OPERACIONAL

QUANTIDADE DE CONSUMIDORES POR CLASSE:

CLASSE DE CONSUMIDORES	1T18	4T17	1T17	Δ TRIM.	Δ ANO
Residencial	933.407	927.342	914.271	0,65%	2,09%
Industrial	1.543	1.548	1.581	-0,32%	-2,40%
Comercial	110.877	110.596	109.234	0,25%	1,50%
Rural	10.592	10.556	10.454	0,34%	1,32%
Poder Público	6.333	6.328	5.858	0,08%	8,11%
Iluminação Pública	19	19	19	-	-
Serviço Público	337	337	330	-	2,12%
Consumidores Faturados	1.063.108	1.056.726	1.041.747	0,60%	2,05%
Consumo Próprio	47	47	48	-	-2,08%
(=) Total	1.063.155	1.056.773	1.041.795	0,60%	2,05%

Composição dos consumidores por classe (%)



A Companhia encerrou o 1T18 com 1.063.155 consumidores, dentre os quais, 87,8% pertencentes à classe residencial, 10,4% à comercial e 1,8% às demais classes. Esta composição permanece estável em relação aos últimos períodos apurados. Houve crescimento na quantidade de consumidores de 0,6% no trimestre e de 2,1% no período de 1 ano.

CONSUMO DE CONSUMIDORES POR CLASSE (Em MWh):

CLASSE DE CONSUMIDORES	1T18	4T17	1T17	Δ TRIM.	Δ ANO
Residencial	547.040	549.385	541.881	-0,43%	0,95%
Industrial	29.621	37.931	37.052	-21,91%	-20,06%
Comercial	441.618	454.161	484.267	-2,76%	-8,81%
Rural	29.144	32.469	32.290	-10,24%	-9,74%
Poder Público	141.464	151.648	149.071	-6,72%	-5,10%
Iluminação Pública	115.270	116.807	110.377	-1,32%	4,43%
Serviço Público	71.447	73.462	75.135	-2,74%	-4,91%
(=) Fornecimento faturado	1.375.604	1.415.863	1.430.072	-2,84%	-3,81%
Consumo Próprio	327	324	331	0,93%	-1,21%
(=) Fornecimento de Energia Elétrica	1.375.931	1.416.187	1.430.403	-2,84%	-3,81%

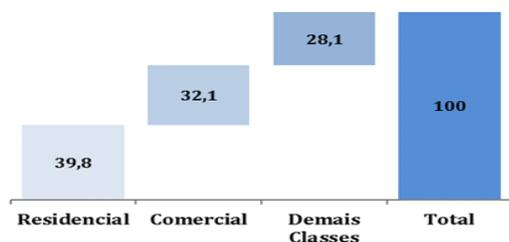
COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 1º TRIMESTRE DE 2018

Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.



Composição dos consumidores por classe (%)



No 1T18, o consumo apresentou retração de 2,8% em relação ao 4T17. As principais classes de consumo que influenciaram esta redução foram a Industrial (21,9%) e Rural (10,2%). Quando comparado com o 1T17 o consumo dos clientes da CEB Distribuição reduziu 3,8%. Em relação à composição do consumo por classe de consumidores, conforme gráfico ao lado, 39,8% do consumo foi relativo à consumidores da classe residencial, 32,1% da classe comercial e 28,1% das demais classes.

RESULTADOS CONSOLIDADOS

RECEITA OPERACIONAL BRUTA:

	1T18	4T17	1T17	Δ TRIM.	Δ ANO
Fornecimento de Energia Elétrica	791.963	885.653	796.958	-10,58%	-0,63%
Energia de Curto Prazo	9.706	155.878	75.063	-93,77%	-87,07%
Recursos de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros	12.213	119.280	(75.367)	-89,76%	-116,20%
Receita de Construção	22.710	28.689	15.371	-20,84%	47,75%
Aporte de Recursos CDE	13.470	10.053	11.887	33,99%	13,32%
Receita de Prestação de Serviços	7.883	23.040	9.051	-65,79%	-12,90%
Suprimento de Energia	8.166	8.758	8.551	-6,76%	-4,50%
Disponibilidade do Sistema de Distribuição	8.287	8.333	5.258	-0,6%	57,61%
Arrendamento e Aluguéis	7.941	7.180	7.634	10,6%	4,02%
Receita de Venda de Gás	1.065	959	966	11,05%	10,25%
Outras Receitas	421	512	681	-17,77%	-38,18%
Receita Operacional Bruta	883.825	1.248.335	856.053	-29,20%	3,24%
Deduções da Receita Operacional Bruta	(320.659)	(408.828)	(323.575)	-21,57%	-0,90%
Receita Operacional Líquida	563.166	839.507	532.478	-32,92%	5,76%

A Receita Operacional Bruta apresentou redução de -29,2% em relação ao 4T17. Em relação ao 1T17 o aumento foi de 3,2%. As reduções em relação aos períodos analisados, trimestre imediatamente anterior e mesmo trimestre do ano anterior estão ligadas principalmente à redução receita da energia de curto prazo e o aumento da devolução de recursos de parcela a e outros itens financeiros, que serão explicados a seguir.

FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA:

CONSUMIDORES	MWH			R\$ MIL			Δ TRIM.	Δ ANO
	1T18	4T17	1T17	1T18	4T17	1T17		
Residencial	547.040	549.385	541.881	330.065	348.185	320.463	-5,20%	3,00%
Industrial	29.621	37.932	37.052	19.943	23.611	22.099	-15,54%	-9,76%
Comercial	441.618	454.161	484.267	275.104	292.889	284.490	-6,07%	-3,30%
Rural	29.144	32.469	32.290	13.100	15.016	13.858	-12,76%	-5,47%
Poder Público	141.464	151.648	149.071	92.951	103.418	92.868	-10,12%	0,09%
Iluminação Pública	115.270	116.807	110.377	38.303	43.896	36.710	-12,74%	4,34%
Serviço Público	71.447	73.462	75.135	33.862	36.279	32.644	-6,66%	3,73%
Subtotal - Fornecimento Faturado	1.375.604	1.415.864	1.430.072	803.328	863.294	803.132	-6,95%	0,02%
Consumo Próprio	327	324	331	-	-	-	-	-
Fornecimento Não Faturado	-	-	-	(11.365)	22.359	(6.174)	-150,83%	84,08%
Fornecimento de Energia Elétrica	1.375.931	1.416.188	1.430.403	791.963	883.653	796.958	-10,38%	-0,63%

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 1º TRIMESTRE DE 2018

Comentário do Desempenho

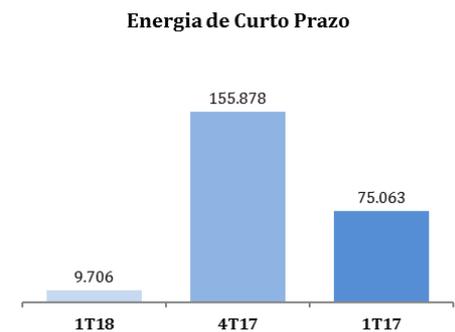
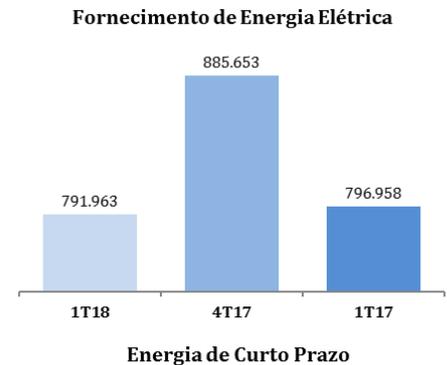
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.



A receita de Fornecimento de Energia Elétrica no 1T18 registrou um decréscimo de 10,5% em relação ao 4T17. Quando comparado o 1T18 com o 1T17, houve retração de 0,6%. A queda da receita no 1T18, quando confrontada com o 4T17, justifica-se, principalmente, pela redução do consumo no equivalente a 2,8% no primeiro trimestre de 2018 em relação ao imediatamente anterior, causada pela crise econômica.

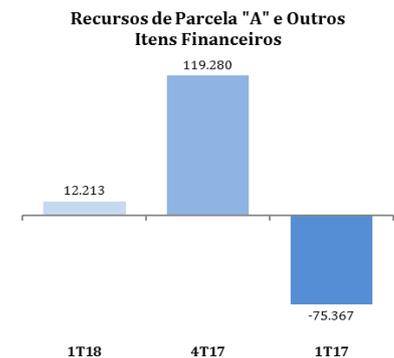
ENERGIA DE CURTO PRAZO:

A receita de Energia de Curto Prazo no 1T18 atingiu R\$ 9.706, 93,7% inferior à receita reconhecida no 4T17. Esta variação, de difícil comparabilidade, deveu-se especialmente em razão das recontabilizações de energia da CEB Distribuição pela CCEE no 4T17.



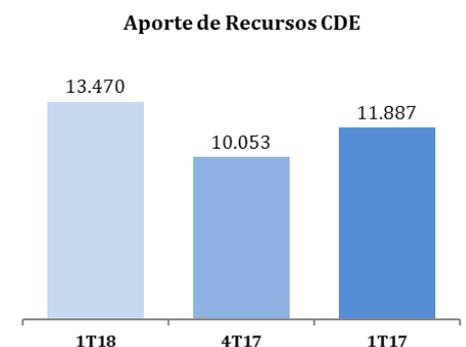
RECURSOS DE PARCELA "A" E OUTROS ITENS FINANCEIROS:

Os Recursos de Parcela A e Outros Itens Financeiros representaram a variação absoluta com maior impacto na Receita Operacional Bruta. A retração verificada no 1T18, quando se compara com o 4T17 (89,7%) e com o 1T17 (116,2%), decorre, principalmente, da apuração de que a cobertura tarifária foi maior do que as despesas realizadas no trimestre atual.



APORTES DE RECURSOS CDE:

A receita de Aporte de Recursos da CDE apresentou acréscimo de R\$ 1.583 (13,3%), quando comparado com o 1T17, justificado pelo aumento do ressarcimento dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica.



COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 1º TRIMESTRE DE 2018

Comentário do Desempenho

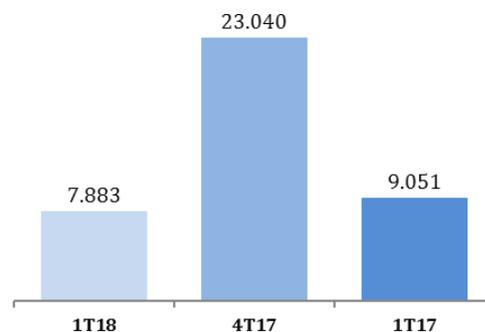
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.



RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

A Receita de Prestação de Serviços é historicamente oscilante, dependendo da demanda do contratante, Distrito Federal, particularmente no tocante à realização de obras. No 1T17, tal receita apresentou um decréscimo de R\$ 15.157 (65,8%), decorrente da diminuição no volume de obras de expansão de Iluminação Pública, na comparação com o 4T17. Já em relação ao 1T18, houve menor volume de realização das obras, representando variação negativa de 12,9%.

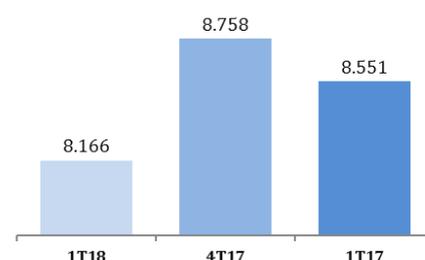
Receita de Prestação de Serviços



SUPRIMENTO DE ENERGIA:

A receita de Suprimento de Energia alcançou no 1T18 R\$ 8.166, 6,7% inferior ao verificado no 4T17 (R\$ 8.758) e 4,5% menor do que no 1T17 (R\$ 8.551). A tendência de leve queda é justificada pela diminuição da geração no período.

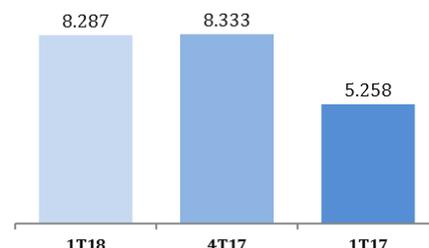
Suprimento de Energia



DISPONIBILIDADE DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO:

A receita de Disponibilidade do Sistema de Distribuição no 1T18 (R\$ 8.287), permaneceu constante se comparado ao 4T17 (R\$ 8.333), em relação ao 1T17 verificou-se um aumento de 57,6% (R\$ 5.258), justificada em razão do custo da CDE ter sido retirado da tarifa de uso do sistema, mediante liminar no 1T17.

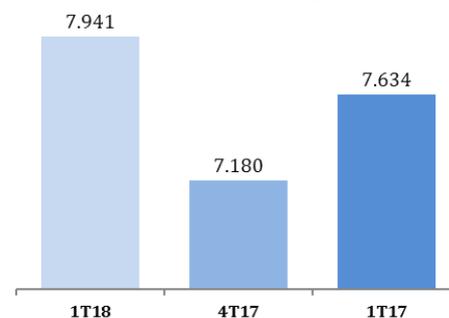
Disponibilidade do Sistema de Distribuição



ARRENDAMENTO E ALUGUÉIS:

A receita de Arrendamento e Aluguéis aumentou 10,6% no 1T18 em relação ao trimestre imediatamente anterior (4T17), devido ao reajuste dos contratos de compartilhamento de rede com empresa do ramo de telecomunicações.

Arrendamento e Aluguéis



CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS:

	1T18	4T17	1T17	ΔTRIM.	Δ ANO
Energia Elétrica Comprada Para Revenda	(308.699)	(401.002)	(317.321)	-23,02%	-2,72%
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(81.259)	(185.797)	(28.575)	-56,26%	184,37%
Custo da Energia Comprada	(389.958)	(586.799)	(345.896)	-33,54%	12,74%

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 1º TRIMESTRE DE 2018**Comentário do Desempenho**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.



Pessoal e Administradores	(55.017)	(71.982)	(68.178)	-23,57%	-19,30%
Serviço de Terceiros	(41.594)	(48.941)	(44.130)	-15,01%	-5,75%
Custo de Construção	(22.710)	(24.055)	(15.371)	-5,59%	47,75%
Depreciação e Amortização	(13.909)	(28.689)	(13.094)	-51,52%	6,22%
(Provisão) Estimada/ Reversão de Perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa	(12.674)	(25.789)	(13.007)	-50,86%	-2,56%
Arrendamento	(6.906)	(8.506)	(8.505)	-18,81%	-18,80%
Material	(468)	(1.202)	(702)	-61,06%	-33,33%
Outras Despesas	(4.389)	(26.197)	(2.098)	-83,25%	109,20%
Despesas Operacionais	(157.667)	(235.361)	(165.085)	-33,01%	-4,49%
Total	(547.625)	(822.160)	(510.981)	-33,39%	7,17%

Os Custos e Despesas Operacionais Consolidados totalizaram R\$ 547.625 no 1T18, um decréscimo de R\$ 274.535 (-33,4%), em relação ao 4T17. Relativamente ao 1T17, apurou-se uma redução de R\$ 36.644 (-7,2%). As principais ocorrências no período quanto aos itens de Custos e Despesas Operacionais foram as seguintes:

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 1º TRIMESTRE DE 2018

Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.



CUSTO DA ENERGIA COMPRADA:

O Custo da Energia Comprada no 1T18 representou R\$ 389.958, uma redução de 33,5% em relação ao 4T17, que totalizou R\$ 586.799. Em comparação com o 1T17, a queda foi de R\$ 44.062 (-12,7%). A variação apresentada decorre, principalmente, da devolução de contratos por meio do mecanismo de compensação de sobras e déficits (MCS D Energia Nova A-1) com a CCEE.

DESPESAS OPERACIONAIS:

As Despesas Operacionais, no 1T18, foram de R\$ 157.667, 33% menor do que o apurado no 4T17. Destaca-se os seguintes itens:

- **Pessoal e Administradores:** no 1T18 houve um decréscimo de R\$ 16.965 (23,5%), quando comparado com o 4T17. Em relação ao 1T17 houve uma redução de R\$ 13.161 (14,9%), decorrente, da política de desligamento; e reajuste nas remunerações em decorrência do Acordo Coletivo de Trabalho – ACT.
- **Depreciação e Amortização:** no 1T18 houve uma redução de R\$ 14.780 (-51,5%), quando comparado com o 4T17. Em relação ao 1T17, houve decréscimo de R\$ 815 (6,2%). A variação significativa em relação ao trimestre imediatamente anterior decorre, principalmente, do reprocessamento de contabilização da base de remuneração no 4T17.
- **Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa:** no 1T18 a Estimativa de Perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa apresentou uma redução de R\$ 13.115, 50,8% na comparação com o 4T17. Em relação ao 1T17, houve redução de R\$ 333 (-2,5%), devido à reversão de perdas estimadas com o Governo do Distrito Federal, proveniente do recebimento de faturas em atraso.
- **Arrendamento:** no 1T18 verificou-se na rubrica Arrendamento uma queda de 18,8% nas comparações com o 4T17 e 1T17, justificada pela renegociação do contrato

OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS:

	1T18	4T17	1T17	Δ TRIM.	Δ ANO
Reversão de Provisão de Benefícios Pós-Emprego	4.076	(30.827)	37.790	-113,22%	-89,21%
Recuperação de Créditos Baixados por Perdas	12.998	12.079	6.238	7,61%	108,37%
Reversão de Provisão Para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios	4.265	3.846	945	10,89%	351,32%
Varição do Valor Justo – Ativo Financeiro Indenizável – VNR	1.483	4.093	1.212	-63,77%	22,36%
Tributos Sobre Outras Receitas	(610)	(385)	(15.740)	58,44%	-96,12%
Reversão de Provisão de Participação nos Lucros	0	19.425	0	-100,0%	-
Resultado na Baixa de Bens	0	(9.101)	0	-100,0%	-
Outras Receitas	478	492	(2.148)	-2,85%	-122,25%
Outras Receitas Operacionais	22.690	(378)	28.297	-6102,65%	-19,81%
Provisão de Benefícios Pós Emprego	(4.554)	13.581	(10.851)	-133,53%	-58,03%
Provisão para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios	(4.376)	(5.602)	(3.290)	-21,89%	33,01%
Compensação por descontinuidade de energia	(3.664)	(566)	(2.481)	547,35%	47,68%
Provisão Para Participação nos Lucros e Resultados	(740)	(9.371)	-	-92,1%	-
Provisão para Perdas com Depósitos Judiciais	0	(828)	(332)	-100,0%	-100,0%
Multas ANEEL	0	0	(321)	-100,0%	-100,0%
Outras Despesas	(9)	(2.083)	(687)	-99,57%	-98,69%
Outras Despesas Operacionais	(13.343)	(4.869)	(17.962)	174,04%	174,28%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas	9.347	(5.247)	10.335	-278,14%	-9,56%

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 1º TRIMESTRE DE 2018

Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.



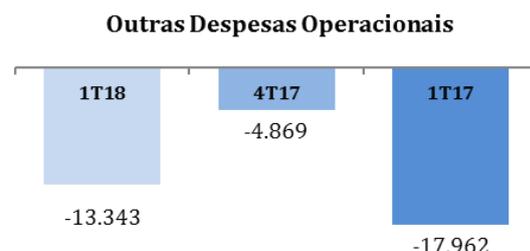
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS:

A conta Outras Receitas Operacionais apresentou uma redução de R\$ 23.068 em relação ao 1T18, impactada, primordialmente, pela reversão de provisão de benefícios pós-emprego, que gerou em valores absolutos, uma reversão, no 4T17, de R\$ 30,8 milhões.



OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS:

As Outras Despesas Operacionais aumentaram no 1T18, 174,0%% em relação ao 4T17. Em comparação com o 1T17, essa redução foi de 174,3%. A principal rubrica responsável por esta redução no trimestre em relação ao imediatamente anterior foi a provisão de benefícios pós-emprego que registrou redução de R\$ 18.135.



RESULTADO FINANCEIRO:

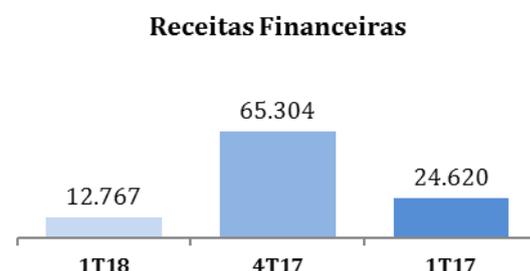
	1T18	4T17	1T17	Δ TRIM.	Δ ANO
Juros / Variações Monetárias sobre Ativos	3.523	2.547	1.838	38,32%	91,68%
Atualização Monetária – Ativos Regulatórios	-	49.982	9.787	-100,00%	-100,00%
Acréscimos Moratórios em Conta de Energia	8.442	12.448	9.556	-32,18%	-11,66%
Rendimentos de Aplicações Financeiras	1.047	1.534	2.514	-31,75%	-58,35%
Multas e Penalidades Aplicadas	149	47	1.588	217,02%	-90,62%
Receita de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	152	15.248	249	-99,00%	-38,96%
Reversão de Juros Sobre Capital Próprio	-	-15.000	-	-100,00%	-
Outras Receitas Financeiras	31	40	51	-22,50%	-39,22%
Tributos Sobre Receitas Financeiras	(577)	-1.542	(963)	-62,58%	-40,08%
Receitas Financeiras	12.767	65.304	24.620	-80,45%	-48,14%
Juros / Variações Monetárias sobre Passivos	(3.538)	(1.306)	(14.981)	170,90%	-76,38%
Encargos de Dívidas	(11.996)	(14.525)	(16.677)	-17,41%	-28,07%
Atualização Monetária – Passivos Regulatórios	(501)	(46.073)	(9.129)	-98,91%	-94,51%
Atualização de Benefício Pós-Emprego	-	31.580	-	-100,00%	-
Recuperação de Despesas	-	1	-	-100,00%	-
Outras Despesas Financeiras	(8.664)	(10.031)	(3.741)	-13,63%	131,60%
Despesas Financeiras	(24.699)	(40.354)	(44.528)	-38,79%	-44,53%
Variação Cambial Líquida	(1.592)	(1.703)	5.722	-6,52%	-127,82%
Resultado Financeiro	(13.524)	23.247	(14.186)	-158,18%	-4,67%

O Resultado Financeiro, no 1T18, foi negativo em R\$ 13.524, frente a um resultado financeiro de 23.247 registrado no 4T17 e semelhante ao 1T17 (R\$ 14.186). A variação no trimestre é justificada, principalmente, pela variação na atualização de benefício pós-emprego ocorrida no 4T17, no valor de R\$ 31.580.

As seguir estão detalhadas as principais variações do Resultado Financeiro no 1T18:

RECEITAS FINANCEIRAS:

As Receitas Financeiras reduziram R\$ 52.574 (-80,5%) no 1T18, em relação ao trimestre imediatamente anterior. A Receita de Atualização Monetária sobre Ativos Regulatórios representou a rubrica com a variação mais significativa em relação ao 4T17.



COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 1º TRIMESTRE DE 2018

Comentário do Desempenho

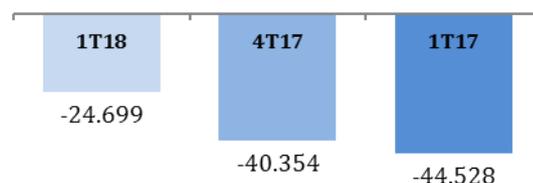
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.



DESPESAS FINANCEIRAS:

Com relação às Despesas Financeiras, observou-se no 1T18 decréscimo de 38,9% em relação ao 4T17, devido, principalmente, à redução da Atualização Monetária sobre os Passivos Regulatórios em relação ao trimestre imediatamente anterior.

Despesas Financeiras



EBITDA:

O EBITDA não é uma medida definida pelas práticas contábeis internacionais (IFRS) e representa o lucro (prejuízo) antes do pagamento de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. Este indicador não deve ser considerado como alternativa ao Lucro Operacional e ao Fluxo de Caixa Operacional.

No 1T18, o EBITDA foi positivo, no montante de R\$ 53.245 (R\$ 85.083 no 4T17), representando uma variação negativa R\$ 31.838 na comparação com o 4T17.

A Margem EBITDA no 1T18 foi de 9,5%, enquanto no 4T17 foi de 10,1%, e 8,5% no 1T17.

A redução do EBITDA em relação ao 4T16 deveu-se, principalmente, à redução da receita de fornecimento de energia elétrica decorrente da queda de consumo afetada pela crise econômica em que a população está enfrentando.

	1T18	4T17	1T17	Δ TRIM.	Δ ANO
Lucro Líquido / (Prejuízo) Consolidado do Período	10.788	(7.609)	16.861	-	-36,02%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	15.024	40.756	1.263	-63,14%	1089,55%
(+) Resultado Financeiro	13.524	23.247	14.186	-41,82%	-4,67%
(+) Depreciação /Amortização	13.909	28.689	13.094	-51,52%	6,22%
EBITDA	53.245	85.083	45.404	-37,42%	17,27%
Margem EBITDA %	9,5%	10,1%	8,5%		

RESULTADO CONSOLIDADO DO PERÍODO:

O Resultado Consolidado no 1T18 foi lucro líquido de R\$ 10.788, sendo que a parte atribuída aos acionistas controladores foi de lucro de R\$ 5.419 (prejuízo de R\$ 7.609 no 4T17 e lucro de R\$ 16.861 no 1T17), representando uma variação de -241,8% e -36,0%, respectivamente. Para os acionistas não controladores, o valor atribuído foi um lucro de R\$ 5.369 (R\$ 6.303 no 4T17 e R\$ 6.363 no 1T17).

	1T18	4T17	1T17	Δ TRIM.	Δ ANO
Lucro Líquido (Prejuízo) Consolidado do Período	10.788	(7.609)	16.861	-241,8%	-36,0%
Margem Líquida	1,9%	-0,9%	3,2%	-311,1%	-40,6%
Atribuível aos Controladores	5.419	(13.912)	10.498	-139,0%	-48,4%
Lucro (Prejuízo) por Ação	0,7516	10,2758	0,7283	-92,7%	3,2%

ENDIVIDAMENTO:

A Dívida Total apresentou um aumento de R\$ 98.437 (26,1%) em relação a março de 2017. Em comparação com dezembro de 2017, a dívida bruta permaneceu estável. O aumento apurado no período de um ano está ligado a captações que a companhia realizou no 4T2017 equivalente a R\$ 220 milhões.

	31/03/2018	31/03/2017	Δ Acum.
Curto Prazo	237.752	103.551	129,6%
Longo Prazo	238.189	273.953	-13,1%
Dívida Total	475.941	377.504	26,1%
(-) Caixa Disponível	(70.077)	(52.539)	33,4%
(=) Dívida Líquida	405.864	324.965	24,9%

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 1º TRIMESTRE DE 2018
Comentário do Desempenho
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.



CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES:

	2018	2019	2020	2021 em diante	Total
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	158.993	142.520	93.627	80.801	475.941

MOVIMENTAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES:

	Empréstimos e Financiamentos	Debêntures	Total
Saldos Iniciais em 31 de dezembro de 2017	380.342	126.628	506.970
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures Obtidos	-	-	-
Encargos Incorridos no Período	7.041	4.548	11.589
Custo de Transação	310	135	445
Encargos Financeiros Pagos	(7.971)	(4.046)	(12.017)
Amortizações do Principal	(14.531)	(16.479)	(31.010)
Variação Monetária	(122)	-	(122)
Deságio	-	86	86
Saldo em 31 de março de 2018	365.069	110.872	475.941
Passivo Circulante	170.776	66.976	237.752
Passivo Não Circulante	194.293	43.896	238.189

ALAVANCAGEM FINANCEIRA LÍQUIDA:

	31/03/2018	31/03/2017
Empréstimos e Financiamentos/Debêntures	475.941	377.504
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(70.077)	(52.539)
Dívida Líquida	405.864	324.965
Patrimônio Líquido	534.290	562.951
Total do Capital	940.154	887.916
Índice de Alavancagem Financeira Líquida - % (Dívida Líquida) / (Total do Capital)	43,2%	36,6%



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. OBJETIVO SOCIAL

A Companhia Energética de Brasília (“Companhia”, “CEB” ou “Controladora”) é uma sociedade de economia mista de capital aberto, autorizada pela Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, sob o CNPJ nº 00.070.698/0001-11. Com sede localizada no SIA – Área de Serviços Públicos – Lote C, Brasília, Distrito Federal, possui registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações transacionadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA). Em 4 de julho de 1994, a Companhia iniciou a negociação de suas ações, ordinárias e preferenciais, sob os códigos CEBR3, CEBR5 e CEBR6.

A Companhia tem como objetivo principal a participação em outras sociedades que atuam na exploração direta ou indireta de serviços de energia elétrica, compreendendo os segmentos de geração, transmissão, distribuição e comercialização. De forma secundária, a CEB presta serviços de manutenção e de expansão do sistema de iluminação pública do Distrito Federal.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a Norma Internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

O CPC 21 (IAS 34) requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As Informações Contábeis Intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados a valor justo. No período findo em 31 de março de 2018 não houve mudança relevante nas estimativas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas.

Estas Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis Anuais em 31 de dezembro de 2017. Dessa forma, estas Informações Contábeis Intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Contábeis, aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de março de 2018, bem como aprovada na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2018.

Todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas Informações Contábeis Intermediárias.

Em 15 de maio de 2018, a Administração da Companhia autorizou a conclusão e emissão destas Informações Contábeis Intermediárias.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.2. CORRELAÇÃO ENTRE AS NOTAS EXPLICATIVAS DIVULGADAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS E AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Segue abaixo a correlação entre as Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais findo em 31 de dezembro de 2017 e as Informações Contábeis Intermediárias, para o período de três meses, findo em 31 de março de 2018.

A Companhia entende que as atualizações relevantes referentes à sua situação patrimonial e ao resultado do período estão apresentadas nestas Informações Contábeis Intermediárias, estando em conformidade com os requerimentos de divulgação emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Número das Notas Explicativas		Título das Notas Explicativas
31/03/2018	31/12/2017	
1	1	CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS
2	2	BASE DE PREPARAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
	3	REAPRESENTAÇÃO E RECLASSIFICAÇÃO NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
3	4	INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO
4	5	CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA
5	6	CONTAS A RECEBER
6	7	TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS
7	8	VALORES A RECEBER DE PARCELA "A" E OUTROS COMPONENTES FINANCEIROS
	9	DEMAIS CRÉDITOS
	10	DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS
8	11	ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL
	12	APLICAÇÕES FINANCEIRAS
	13	ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA
9	14	INVESTIMENTOS
10	15	IMOBILIZADO
11	16	INTANGÍVEL
12	17	FORNECEDORES
13	18	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS
14	19	CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA
15	20	ENCARGOS REGULATÓRIOS
16	21	DEBÊNTURES
17	22	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
18	23	OBRIGAÇÕES SOCIETÁRIAS
19	24	OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS
20	25	BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO
21	26	PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS
	27	DEMAIS OBRIGAÇÕES
22	28	OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO
23	29	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
24	30	DESDOBRAMENTOS DAS CONTAS DE RESULTADO
25	31	LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO
26	32	TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
	33	SEGUROS
27	34	CONCILIAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO E O FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS
28	35	INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

2.3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das Informações Contábeis Intermediárias das sociedades controladas utilizadas para cálculo de consolidação e equivalência patrimonial coincidem com as da Companhia.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.3.1. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

As participações societárias da CEB em sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas estão descritas no quadro seguinte:

Investidas	Atividade	31/03/2018	31/12/2017
Participações Diretas			
Em Controladas			
CEB Distribuição S.A.	Distribuição	100,00%	100,00%
CEB Geração S.A.	Geração	100,00%	100,00%
CEB Participação S.A.	Comercialização	100,00%	100,00%
CEB Lajeado S.A.	Comercialização	59,93%	59,93%
Companhia Brasiliense de Gás S.A.	Gás	17,00%	17,00%
Em Controlada Em Conjunto			
Energética Corumbá III S.A.	Geração	37,50%	37,50%
Em Coligada			
Corumbá Concessões S.A. (a)	Geração	47,57%	47,57%
Participações Indiretas			
Em Coligada			
Investco S.A.	Geração	11,99%	11,99%
Outras Participações			
BSB Energética S.A.	Geração	9,00%	9,00%

(a) A participação do Grupo no capital social da Corumbá Concessões S.A. é de 47,56%, sendo 45,21% de propriedade da CEB e 2,35% de propriedade da CEB Participações S.A.

2.3.1.1. CEB DISTRIBUIÇÃO S.A. (“Distribuidora” ou “CEB D”)

Apresenta-se a seguir os fatos julgados relevantes relativos à Distribuidora:

(i) INFORMAÇÕES SOBRE ASPECTOS RELACIONADOS AO PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE OPERACIONAL

Em 9 de Dezembro de 2015 foi celebrado, com o Ministério de Minas e Energia (MME), o Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 66/1999-ANEEL, prorrogando a concessão dos serviços de Distribuição de Energia Elétrica por mais 30 anos, vigente até 7 de julho de 2045.

A prorrogação da concessão reflete a avaliação positiva do Poder Concedente com relação às ações da Administração dirigidas à CEB Distribuição S.A., que privilegiam a busca da eficiência operacional e financeira, com retorno compatível aos investimentos realizados e em curso, bem como a eficiência técnica no atendimento aos consumidores do Distrito Federal.

Em sintonia com esse contexto, o Conselho de Administração da CEB aprovou o Plano de Negócios Para o Período de 2018 a 2022, na 564ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de dezembro de 2017.

Os objetivos principais do Plano podem ser resumidos nos enfrentamentos de dois problemas estruturais da CEB Distribuição S.A., principal empresa do Grupo CEB: os ainda elevados custos e despesas operacionais, quando confrontados com aqueles cobertos pelos processos tarifários; e o alto endividamento.

Assim sendo, as principais estratégias do Plano estão centradas nos seguintes pilares:

- Alienações de participações em negócios de geração de energia e de distribuição de gás, já autorizadas pela Câmara Legislativa, por meio da Lei nº 5.577/2015;
- Vendas de imóveis inservíveis para as concessões; e



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Continuidade das ações de redução das despesas com Pessoal, Materiais, Serviços de Terceiros e Outros – PMSO.

No médio prazo, o Plano de Negócios oferece aos acionistas os seguintes resultados na CEB Distribuição S.A.:

- Atendimento da curva de redução dos custos operacionais (PMSO) planejada, que resultará em um patamar inferior ao PMSO regulatório nos próximos exercícios;
- Redução do endividamento para patamar adequado à dimensão do negócio;
- Estrutura Patrimonial no horizonte de planejamento compatível com o nível praticado pelo mercado;
- Programa de Investimentos racionalizado, levando em conta a continuidade dos bons resultados alcançados na qualidade do fornecimento de energia; a formação da base de remuneração, considerando a data da próxima revisão tarifária, que ocorrerá em 2021; e o ponderado uso do caixa, evitando-se pressões desnecessárias; e
- Metas Regulatórias da qualidade do fornecimento e sustentabilidade econômico-financeiras rigorosamente cumpridas.

(ii) 2º EQUACIONAMENTO DO PLANO COMPLEMENTAR DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIAIS DA FACEB (PLANO BD)

No mês de fevereiro de 2018, a FACEB iniciou os procedimentos do 2º equacionamento de desequilíbrio financeiro do Plano de Benefício Definido de Previdência, correspondente ao valor mínimo de R\$ 25.600, que será suprido por meio de contribuições extraordinárias a serem pagas pelas patrocinadoras; participantes ativos; autopatrocinados; aposentados; e pensionistas, conforme determina a legislação. Os pagamentos ocorrerão a partir do mês de fevereiro de 2019. Os procedimentos estão respaldados pelo Parecer Atuarial MERCER GAMA nº 34/18, e de acordo com a Resolução MPS/CGPC nº 26/2008 e suas alterações.

2.3.2. EQUIVALÊNCIA PATRIMÔNIAL

O cálculo da equivalência patrimonial sobre o resultado do exercício da CEB Lajeado S.A. é realizado aplicando o percentual de 55,923% sobre o resultado obtido no exercício. Este percentual é fruto do acordo de acionistas, que garantiu à Eletrobrás S.A. rendimentos equivalentes a 49,67% do resultado de cada exercício. O percentual de 49,67% inclui o percentual de participação societária de 44,077% e 10% de partes beneficiárias.

3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

3.1 ESTIMATIVA DO VALOR JUSTO

A companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação – Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A Administração avalia que os valores apurados com base nesses critérios podem ser considerados a melhor estimativa para apuração do valor justo dos instrumentos financeiros detidos pelo Grupo.

A tabela seguinte demonstra, de forma resumida, os instrumentos financeiros distribuídos em cada categoria e registrados em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, os quais não apontaram variação entre o seus valores justo e contábil:

	Avaliação	Hierarquia do Valor Justo	31/03/2018			
			Controladora		Consolidado	
			Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos Financeiros						
Empréstimos e Recebíveis						
Caixa e Bancos	Valor Justo	Nível 1	381	381	31.321	31.321
Contas a Receber	Custo Amortizado		13.998	13.998	574.653	574.653
Valores a Receber Parcela A e Outros Itens Financeiros	Custo Amortizado				906.100	906.100
Mantidos até o Vencimento						
Aplicações Financeiras	Custo Amortizado				7.823	7.823
Valor Justo Por Meio do Resultado						
Aplicações Financeiras	Valor Justo		4.094	4.094	38.756	38.756
Disponível para Venda						
Ativo Financeiro Indenizável	Valor Justo	Nível 3			142.468	142.468
Passivos Financeiros						
Outros Passivos Financeiros						
Fornecedores	Custo Amortizado		9.184	9.184	432.675	432.675
Debêntures	Custo Amortizado				110.872	110.872
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado				365.069	365.069
Obrigações Societárias	Custo Amortizado		7.741	7.741	17.866	17.866
Valores a Pagar Parcela A e Outros Itens Financeiros	Custo Amortizado				160.975	160.975
Encargos Regulatórios	Custo Amortizado				289.702	289.702
Obrigações Vinculadas a Concessão	Custo Amortizado				8.540	8.540



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Avaliação	Hierarquia do Valor Justo	31/12/2017			
			Controladora		Consolidado	
			Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos Financeiros						
Empréstimos e Recebíveis						
Caixa e Bancos	Valor Justo	Nível 1	571	571	38.722	38.722
Contas a Receber	Custo Amortizado		15.323	15.323	598.671	598.671
Valores a Receber Parcela A e Outros Itens Financeiros	Custo Amortizado				922.669	922.669
Mantidos até o Vencimento						
Aplicações Financeiras	Custo Amortizado				7.770	7.770
Valor Justo Por Meio do Resultado						
Aplicações Financeiras	Valor Justo		6.393	6.393	53.279	53.279
Disponível para Venda						
Ativo Financeiro Indenizável	Valor Justo	Nível 3			140.856	140.856
Passivos Financeiros						
Outros Passivos Financeiros						
Fornecedores	Custo Amortizado		8.795	8.795	403.602	403.602
Debêntures	Custo Amortizado				126.628	126.628
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado				380.342	380.342
Obrigações Societárias	Custo Amortizado		7.741	7.741	16.766	16.766
Valores a Pagar Parcela A e Outros Itens Financeiros	Custo Amortizado				608.717	608.717
Encargos Regulatórios	Custo Amortizado				269.778	269.778
Obrigações Vinculadas a Concessão	Custo Amortizado				32.563	32.563

3.1.1 FATORES DE RISCO

A Administração da CEB e de suas controladas tem total responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de seus riscos observando, para tanto, as avaliações técnicas corporativas das empresas do Grupo.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para dar previsibilidade a eventuais riscos, objetivando definir limites e controles apropriados, de forma a propiciar monitoração permanente e aderência aos limites operativos estabelecidos a cada empresa. A Administração busca, efetivamente, a previsibilidade com vistas ao acompanhamento de operações que porventura possam comprometer a liquidez e rentabilidade do Grupo.

Essa política, lastreada em sistemas de gerenciamento de riscos, trata da revisão periódica dos riscos financeiros associados às captações, de modo a antecipar eventuais mudanças nas condições de mercado e seus reflexos nas atividades do Grupo.

A CEB, mediante seus atos normativos e de gestão em suas controladas, atua de forma a desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual as empresas ajustam seus padrões de riscos às recomendações da Administração.

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são inerentes à atividade operacional do Grupo, que não opera com instrumentos financeiros derivativos.

3.1.2 RISCO DE CRÉDITO

A CEB e suas controladas qualificam o risco de crédito pela incerteza no recebimento de valores faturados a seus clientes, decorrentes das vendas de energia elétrica e da prestação de serviços correlatos.

O principal mitigador do risco é a regulamentação setorial, uma vez que parcela da inadimplência vinculada ao contas a receber da Companhia estão incorporados na Parcela "A" das tarifas, que são capturados nos processos de reajustes e de revisões tarifárias subsequentes.

A Companhia, em especial a CEB D, também possui linha de parcelamento a devedores em todas as suas agências e



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

postos de atendimento, e programas de incentivo a negociação de débitos de longa data, com redução escalonada de encargos por atraso, objetivando manter a liquidez de seus faturamentos.

Em 31 de março de 2018, as Perdas Estimadas Para Créditos de Liquidação Duvidosa consolidada atingiu o montante de R\$ 116.371 (R\$ 151.229 em 2017). Desse montante, 47,8% (61,8% em 2017) representam dívidas relacionadas aos órgãos públicos locais.

Além dos aspectos apresentados, a Administração entende que a estrutura de controle e contratações adotada para a minimização de riscos de crédito, corroborada pela regulação setorial emanada da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, garante às concessionárias riscos mínimos de sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos financeiros. Do mesmo modo, a prudência nos investimentos financeiros minimiza os riscos de crédito, uma vez que realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agência de *rating*.

Reitera-se, finalmente, que a Distribuidora utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo Órgão Regulador, tais como: corte por inadimplência; negativação de débitos; e acompanhamento e negociação permanente das posições em aberto.

3.1.3 RISCO DE LIQUIDEZ

O Grupo, em especial a CEB D, tem financiado suas operações com recursos oriundos de suas atividades operacionais, do mercado financeiro e de empresas controladas e coligadas. A situação econômica e financeira é constantemente avaliada por intermédio de informações da área financeira, tratadas em ambiente de executivos da Companhia.

Os planos da Administração para manutenção das atividades da concessionária passam, entre outros, pela venda de ativos não operacionais; desinvestimentos de ativos em operação; na rentabilidade futura dos investimentos em andamento; e na capacidade de obter novas linhas de financiamentos. Assim, as demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da concessionária e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a controlada continuar operando.

3.1.4 RISCO DE TAXA DE JUROS

O Grupo possui ativos e passivos remunerados por taxas de expectativas inflacionárias e/ou encargos de juros. Esses ativos e passivos incluem, relevantemente, os créditos a receber na data base do balanço, debêntures e os empréstimos passivos.

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros do Grupo que estão sujeitos às oscilações nas taxas CDI, TJLP, IGPM e UMBNDES. A CEB estima que, em um cenário provável em 31 de março de 2018, as taxas CDI e IGP-M atinjam os percentuais de 6,25% e 4,30%, respectivamente, de acordo com o Relatório Focus do Banco Central do Brasil, de 29 de março de 2018 (média – Top 5). No caso da TJLP, atribuímos a taxa de 6,75% a.a. para o segundo trimestre de 2018. A Administração assumiu a premissa de que esta taxa não sofrerá alterações que possam impactar materialmente as projeções até a data de 31 de março de 2019. Também se espera que a taxa de 6,4902% da UMBNDES se mantenha em linha com o índice atual. Fica registrado que os instrumentos financeiros contratados com taxas pré-fixadas não foram objeto de avaliação.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela seguinte mostra a possibilidade de perda ou ganho que poderá ser reconhecida no resultado Consolidado do exercício seguinte:

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

Exposição em 31/03/2018	Risco	Efeito	Cenários Projetados - 12 meses		
			Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
396.442	Alta do CDI		6,25%	4,69%	3,13%
		Balanço	421.220	427.414	433.608
		Resultado	(24.778)	(30.972)	(37.166)
53.341	Baixa do TLP		6,75%	5,06%	3,38%
		Balanço	56.942	56.040	55.144
		Resultado	(3.601)	(2.699)	(1.803)
452	Alta do IGPM		4,30%	5,38%	6,45%
		Balanço	471	476	481
		Resultado	(19)	(24)	(29)
11.667	Baixa do UMBNDES		6,49%	4,87%	3,25%
		Balanço	12.424	12.235	12.046
		Resultado	(757)	(568)	(379)
Total Balanço			491.057	496.165	501.279
Total Resultado			(29.155)	(34.263)	(39.377)

3.1.5 RISCO CAMBIAL

A Companhia não possui exposição financeira relevante em moeda estrangeira.

3.1.6 RISCO OPERACIONAL

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura do Grupo e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem em todas as operações do Grupo.

O objetivo da Administração da Companhia é gerenciar o risco operacional de todo o Grupo para: (i) evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Organização e de suas controladas e coligadas; (ii) buscar eficácia de custos.

Relativamente à gestão de risco, há duas vertentes predominantes que têm merecido particular atenção da Administração: (i) a conjuntura econômico-financeira da CEB Distribuição S.A.; e (ii) as consequências da crise hídrica que repercutem no Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, resultando em encargos relevantes para a CEB Lajeado S.A.; a CEB Participações S.A.; a CEB Geração S.A.; a Corumbá Concessões S.A.; e a Energética Corumbá III S.A..

As ações da Administração referente a conjuntura econômico-financeira da CEB Distribuição S.A. estão descritos na Nota Explicativa 2.3.1.1 (i).

3.2 GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração pode propor, nos casos em que precisar da aprovação dos acionistas, rever a política de pagamento de dividendos; devolver capital aos acionistas; emitir novas ações; ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures de curtos e longos prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim resumidos:

Alavancagem Financeira	31/03/2018	31/12/2017
Total dos Empréstimos e Financiamento/Debêntures (Notas Explicativas nºs 17 e 18)	475.941	506.970
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota Explicativa nº 4)	(70.077)	(92.001)
Dívida líquida	405.864	414.969
Total do Patrimônio Líquido	534.290	632.979
Total do Capital	940.154	1.047.948
Índice de Alavancagem Financeira - %	43,17	39,60

4. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Caixa e Bancos Conta Movimento	381	571	31.321	38.722
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	4.094	6.393	38.756	53.279
Total	4.475	6.964	70.077	92.001

As aplicações financeiras correspondem a Certificados de Depósitos Bancários – CDB contratados com o Banco de Brasília – BRB, com possibilidade de resgate a qualquer tempo. Todas as operações são de liquidez imediata, prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa, sujeitas a um risco baixo e sem restrição de uso. A remuneração destas Aplicações Financeiras é de 95% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

5. CONTAS A RECEBER

5.1 COMPOSIÇÃO DO CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias			589.477	621.985
Títulos de Créditos a Receber			68.801	66.301
Serviços Prestados a Terceiros	17.915	25.229	32.746	37.650
Total a Receber Bruto	17.915	25.229	691.024	725.936
Estimativa de Perdas Com Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.917)	(9.906)	(116.371)	(127.265)
Total a Receber Líquido	13.998	15.323	574.653	598.671
Circulante	13.998	15.323	528.885	555.376
Não Circulante			45.768	43.295



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5.2 VALORES A RECEBER POR IDADE DE VENCIMENTO (CONSOLIDADO)

	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos de 91 a 180 dias	Vencidos há mais de 180 dias	Total 31/03/2018	Total 31/12/2017
Classes de Consumidor						
Residencial	68.484	88.580	32.068	7.897	197.029	196.857
Poder Público	23.657	10.752	4.690	29.717	68.816	64.554
Comércio, Serviços e Outros	56.800	30.962	8.521	15.369	111.652	114.938
Iluminação Pública	13.262			24.483	37.745	39.034
Serviço Público	10.899				10.899	10.992
Industrial	3.958	2.971	190	1.435	8.554	9.883
Rural	3.140	3.612	1.413	639	8.804	8.109
Subtotal Consumidores	180.200	136.877	46.882	79.540	443.499	444.367
Fornecimento Não Faturado	147.964				147.964	143.230
Energia Elétrica Curto Prazo - CCEE	29.199				29.199	55.567
Serviços Prestados a Terceiros (Incluso Serviços de IP)	13.429	2.952	4.311	8.182	28.874	37.650
Concessionárias e Permissionárias	1.050				1.050	1.574
Parcelamentos a Faturar CP e LP	44.668				44.668	43.823
Serviço Taxado	1.151				1.151	1.347
Outros	10.728				10.728	19.639
Arrecadação a Classificar	(16.109)				(16.109)	(21.261)
TOTAL	412.280	139.829	51.193	87.722	691.024	725.936
Estimativa de Perdas com Créditos Liquidação Duvidosa			(28.649)	(87.722)	(116.371)	(127.265)
Contas a Receber Líquido	412.280	139.829	22.544		574.653	598.671

5.3 ESTIMATIVA DE PERDAS COM CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Segue resumo das faixas de atrasos sujeitas às provisões, conforme critério de constituição determinado pela Administração da Companhia:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Poder Público - Vencidos há mais de 360 dias	(3.917)	(9.906)	(33.318)	(40.984)
Iluminação Pública - Vencidos há mais de 360 dias			(24.640)	(24.640)
Residencial - Vencidos há mais de 90 dias			(33.469)	(38.855)
Comercial - Vencidos há mais de 180 dias			(24.098)	(21.552)
Serviço Público - Vencidos há mais de 360 dias			(8)	(7)
Industrial - Vencidos há mais de 360 dias			(838)	(959)
Rural - Vencidos há mais de 360 dias				(268)
Total	(3.917)	(9.906)	(116.371)	(127.265)

A Lei nº 5.434/2014 autorizou o Poder Executivo a transferir à CEB, como dação em pagamento de dívidas de obras do sistema de iluminação pública do Distrito Federal, os terrenos localizados na Quadra 1 do Setor de Indústria e Abastecimento de Brasília e na Quadra QI 16 do Setor de Indústria de Ceilândia.

O § 1º do art. 3º da referida Lei reservou os terrenos, exclusivamente, para essa finalidade. Entretanto, o Governo do Distrito Federal optou por realizar a maior parte dos pagamentos dos débitos em espécie no âmbito administrativo e por intermédio de acordo judicial.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação da estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa está assim apresentada:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(9.906)	(127.265)
Adições		(39.473)
Baixa Para Perda - Lei 9.430/96		23.569
Reversões	5.989	26.798
Saldo em 31 de março de 2018	(3.917)	(116.371)

5.4 CRÉDITOS COM O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Em 31 de março de 2018, o valor das perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa com o Governo do Distrito Federal totalizou R\$ 55.594, dos quais, R\$ 51.677 no âmbito da CEB D referentes a consumo de energia, e R\$ 3.917 relativos a serviços de iluminação pública prestados pela CEB.

Os créditos devidos pelo Governo do Distrito Federal são representados pelos valores a receber de entidades e órgãos da administração pública do Distrito Federal, cujo valor total corresponde a R\$ 64.511, em 31 de março de 2018 (R\$ 71.631 em 2017), compostos por fornecimento de energia elétrica, serviços de manutenção e obras de iluminação pública.

Apresentamos a composição dos créditos com o acionista controlador por tempo de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Saldos Vincendos	2.469	2.126	35.028	36.676
Vencidos até 90 dias	2.952	13.074	12.467	25.526
Vencidos de 91 a 360 dias	8.577	123	17.016	9.429
Vencidos há mais de 360 dias	3.917	9.906	55.594	63.075
Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.917)	(9.906)	(55.594)	(63.075)
Total	13.998	15.323	64.511	71.631

6. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ (a)	20.197	22.425	44.214	45.018
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL (a)	7.779	7.821	18.504	17.440
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.422		2.518	13
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transportes Estaduais, Intermunicipais e de Comunicações - ICMS (b)			9.946	10.414
Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social - COFINS			297	324
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	749	780	2.803	2.825
Programa de Integração Social - PIS	387	387	469	458
Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira - CPMF	544	544	544	544
Outros	44	29	45	29
Total	32.122	31.986	79.340	77.065
Circulante	4.930	1.758	45.598	40.813
Não Circulante	27.192	30.228	33.742	36.252

(a) Os valores de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se às antecipações feitas no período; aos saldos negativos de exercícios anteriores; e às retenções fonte por órgãos públicos, em razão de a opção de apuração ser pelo Lucro Real Anual, bem como dos créditos provenientes de tributos diferidos e de ações judiciais.

(b) Os montantes de ICMS pagos na aquisição de bens utilizados na atividade de distribuição de energia da



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

controlada CEB D são passíveis de ser compensados com os débitos do ICMS sobre faturamento, nos termos e critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. A utilização dos créditos do ICMS é diferida em 48 parcelas mensais, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000.

6.1 ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS RECONHECIDOS E NÃO RECONHECIDOS

6.1.1 ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS RECONHECIDOS

Em conformidade com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, a Administração, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, estima a realização do ativo fiscal diferido no valor de R\$ 26.551, conforme demonstrado abaixo:

CONTROLE DE PREJUÍZO FISCAL ACUMULADO A COMPENSAR			
Baixa Por Aproveitamento	Controle de Valores	D/C	ATIVO FISCAL DIFERIDO
	78.092	C	= Saldo x (+/-)34% 26.551
CONTROLE DOS CUSTOS A FATURAR			
Custo a Faturar	Controle de Valores	D/C	ATIVO FISCAL DIFERIDO
		D	= Saldo x (+/-)34%
CONTROLE DO NÃO FATURADO			
Não Faturado	Controle de Valores	D/C	ATIVO FISCAL DIFERIDO
		C	= Saldo x (+/-)34%
TOTAL ATIVO FISCAL DIFERIDO APURADO EM 31/03/2018			26.551
TOTAL ATIVO FISCAL DIFERIDO APURADO EM 31/12/2017			26.699

Na perspectiva da Administração, norteadas pelo estudo técnico para a realização do ativo fiscal diferido, prevê que os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e parte das diferenças temporárias possam ser realizados em 2018, conforme descrito nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

6.1.2 ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS NÃO RECONHECIDOS

Segue o demonstrativo dos ativos fiscais diferidos não registrados:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Diferenças Temporárias	3.849	10.000	96.378	91.935
Prejuízo Fiscal e Base Negativa			179.371	165.684
Total	3.849	10.000	275.749	257.619

A Companhia não reconheceu ativo fiscal diferido sobre Provisões para Contingências ou Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa, por entender que tais diferenças temporárias geram dúvidas quanto a sua realização nos prazos previstos na Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002.

As suas controladas não registram os efeitos dos ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social, decorrentes de diferenças temporárias, Prejuízo Fiscal e Base Negativa, por não atenderem os critérios exigidos na referida instrução.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7. VALORES A RECEBER DE PARCELA "A" E OUTROS COMPONENTES FINANCEIROS

Ativos Financeiros Setoriais	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Amortização	Atualização	Transferência	Saldo em 31/03/2018	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	599.276	(267.149)	(31.720)	(20.532)		279.875	279.875	
Aquisição de Energia - (CVAenergia)	574.748	(268.894)	(29.013)	(20.630)		256.211	256.211	
Energia Adquirida - Proinfa	539	104	(148)	14		509	509	
Transporte Rede Básica	15.351	963	(1.710)	15		14.619	14.619	
Transporte de Energia - Itaipu	8.638	678	(849)	69		8.536	8.536	
Demais Ativos Financeiros Setoriais	323.393	362.685	(59.631)	26.095	(26.317)	626.225	626.225	
Neutralidade da Parcela A	50.060	12.072	(10.429)	379		52.082	52.082	
Sobrecontratação de Energia	3.182	387.507	(872)	24.264	(26.317)	387.764	387.764	
Angra	21.803		(5.981)	180		16.002	16.002	
Risco Hidrológico	96.060		(26.350)	792		70.502	70.502	
Financeiros Mercado Curto Prazo	58.270		(15.984)	480		42.766	42.766	
Competência	93.962	(36.894)				57.068	57.068	
Outros	56		(15)			41	41	
Total Ativos Financeiros Setoriais	922.669	95.536	(91.351)	5.563	(26.317)	906.100	906.100	

Passivos Financeiros Setoriais	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Amortização	Atualização	Transferência	Saldo em 31/03/2018	Circulante	Não Circulante
CVA Passiva	234.720	34.555	(41.492)	4.086		231.869	231.869	
Aquisição de Energia - (CVAenergia)	3.711		(1.021)	37		2.727	2.727	
Proinfa	3.240	(26)	(884)	30		2.360	2.360	
Encargos de Serviços de Sistema - ESS	153.181	27.057	(22.878)	2.849		160.209	160.209	
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	74.588	7.524	(16.709)	1.170		66.573	66.573	
Demais Passivos Financeiros Setoriais	341.140		(7.965)	7.673	(26.317)	314.531	274.546	39.985
Sobrecontratação de Energia	96.348				(26.317)	70.031	70.031	
Exposição Submercados	307		(84)	3		226	226	
Devoluções Tarifárias UD/ER	32.563			7.422		39.985		39.985
Baixa Renda	20.560		(5.640)	169		15.089	15.089	
Reversão Financeira MCP	69.175					69.175	69.175	
Risco Hidrológico	114.037					114.037	114.037	
Outros	8.150		(2.241)	79		5.988	5.988	
Total Passivos Financeiros Setoriais	575.860	34.555	(49.457)	11.759	(26.317)	546.400	506.415	39.985

8. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL

O ativo financeiro da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente depreciada até o final da concessão.

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 38, as alterações resultantes de mudanças nas condições de mercado (variações em taxas de juros) são registradas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes. Por não existir um mercado ativo para negociação deste ativo financeiro, a Companhia mensura seu valor justo utilizando os mesmos componentes da taxa de remuneração regulatória estabelecida pela ANEEL (WACC Regulatório). Caso a concessionária verifique uma mudança no WACC regulatório durante os períodos de revisão tarifária, essa nova taxa de juros é utilizada para trazer a valor presente os fluxos de caixa estimados. A CEB D entende que esta metodologia é a que melhor reflete o valor justo na visão dos participantes do mercado, uma vez que a taxa de retorno estabelecida pela ANEEL leva em consideração, além das taxas livres de riscos, os demais riscos inerentes ao setor.

Portanto, os ajustes decorrentes da diferença entre o WACC de mercado e o WACC regulatório são reconhecidos no patrimônio líquido. Não há saldo registrado em outros resultados abrangentes, uma vez que a Companhia concluiu que naquela data não ocorreu diferença entre essas taxas na data-base destas demonstrações contábeis.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação do saldo referente ao ativo financeiro indenizável (concessão) para o período de doze meses, mostrada no quadro seguinte:

	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2016	129.189
Adições	4.193
Ajuste do Ativo Financeiro de Concessão a VNR	7.474
Saldos em 31 de dezembro de 2017	140.856
Adições	129
Ajuste do Ativo Financeiro de Concessão a VNR	1.483
Saldos em 31 de março de 2018	142.468

9. INVESTIMENTOS

9.1 COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Avaliados por Equivalência Patrimonial	555.502	655.818	331.230	318.375
Propriedade Para Investimento			276.117	276.117
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	4.630	4.630	4.630	4.630
Outros	365	365	365	365
Total	560.497	660.813	612.342	599.487

9.2 INVESTIMENTOS AVALIADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Investidas	Controladora						
	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações Detidas pela CEB	Valor Contábil	
						31/03/2018	31/12/2017
CEB Distribuição S.A.	763.181	282.527	100	100	350.532.450	282.527	407.777
CEB Lajeado S.A.	112.283	283.794	59,93	59,93	82.013.911	78.636	73.097
Corumbá Concessões S.A.	171.516	173.783	45,2	9,3	256.009.911	83.780	74.266
Energética Corumbá III S.A.	121.586	169.535	37,5	25	45.594.783	65.560	62.309
CEB Participações S.A.	21.270	31.220	100	100	41.270.415	31.220	26.795
CEB Geração S.A.	7.575	13.670	100	100	7.575.212	13.670	11.445
Companhia Brasileira de Gás S.A.	5.721	616	17	51	30.600	109	129
Total						555.502	655.818

Investidas	Consolidado						
	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações Detidas Pela CEB e Controladas	Valor Contábil	
						31/03/2018	31/12/2017
Corumbá Concessões S.A.	171.516	173.783	47,55	9,30	269.294.911	87.871	78.135
Investco S.A.	6.868	881.697	20,00	20,00	133.563.595	177.799	177.931
Energética Corumbá III S.A.	121.586	169.535	37,50	25,00	45.594.783	65.560	62.309
Total						331.230	318.375



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9.2.1 INFORMAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS

Investidas	31/03/2018			31/12/2017		
	Ativos	Passivos	Receita Líquida	Ativos	Passivos	Receita Líquida
CEB Distribuição S.A.	2.586.421	2.303.894	548.316	3.068.580	2.660.803	2.656.502
Corumbá Concessões S.A.	685.995	512.212	40.694	683.631	519.360	184.305
CEB Lajeado S.A.	316.804	33.011	29.176	317.073	43.184	126.900
Energética Corumbá III S.A.	232.325	62.789	9.374	231.102	64.815	42.817
CEB Participações S.A.	33.783	2.564	4.387	29.991	3.196	16.209
CEB Geração S.A.	15.779	2.109	4.082	13.759	2.316	14.718
Companhia Brasileira de Gás S.A.	1.217	601	823	1.085	319	2.834

9.2.2 MOVIMENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS AVALIADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

	Controladora							
	CEB Distribuição S.A.	CEB Lajeado S.A.	Corumbá Concessões S.A.	Energética Corumbá III S.A.	CEB Participações S.A.	CEB Geração S.A.	Companhia Brasileira de Gás S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	359.181	99.669	71.331	64.010	39.457	14.035	166	647.849
Resultado de Equivalência Patrimonial	48.409	25.172	3.246	5.375	8.293	6.571	(87)	96.979
Aporte/Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital - AFAC	123.570						50	123.620
Equivalência Patrimonial Reflexa - PL de Controladas e Coligadas	(123.383)							(123.383)
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio		(31.743)	(312)	(7.076)	(10.955)	(9.161)		(59.247)
Redução de Capital		(20.000)			(10.000)			(30.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	407.777	73.098	74.265	62.309	26.795	11.445	129	655.818
Resultado de Equivalência Patrimonial	(21.142)	5.538	9.515	3.251	4.425	2.225	-20	3.792
Equivalência Patrimonial Reflexa - PL de Controladas e Coligadas	(104.108)							(104.108)
Saldo em 31 de março de 2018	282.527	78.636	83.780	65.560	31.220	13.670	109	555.502

	Consolidado			
	Investco S.A.	Corumbá Concessões S.A.	Energética Corumbá III S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	186.354	75.044	64.010	325.408
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	(17.986)	(323)	(7.076)	(25.385)
Resultado de Equivalência Patrimonial	9.563	3.414	5.375	18.352
Saldo em 31 de dezembro de 2017	177.931	78.135	62.309	318.375
Resultado de Equivalência Patrimonial	1.460	9.736	3.251	14.447
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	(1.592)			(1.592)
Saldo em 31 de março de 2018	177.799	87.871	65.560	331.230

9.3 PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES

O total da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido da Companhia é de R\$205.664, dos quais, R\$ 205.158 são atribuíveis aos acionistas não controladores da CEB Lajeado S.A. e R\$ 506 são atribuíveis aos acionistas não controladores da Companhia Brasileira de Gás S.A..



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. IMOBILIZADO

10.1 MOVIMENTAÇÃO

	Controladora					31/03/2018
	31/12/2017	Aquisições	Baixas	Transferências	Outros	
Imobilizado em Serviços	14.069					14.069
Terrenos	11.036					11.036
Edificações	2.464					2.464
Máquinas e Equipamentos	326					326
Móveis e Utensílios	243					243
Depreciação Acumulada	(933)	(37)				(970)
Edificações	(543)	(25)				(568)
Máquinas e Equipamentos	(168)	(7)				(175)
Móveis e Utensílios	(222)	(5)				(227)
Imobilizado Líquido	13.136	(37)				13.099

	Consolidado					31/03/2018
	31/12/2017	Aquisições	Baixas	Transferências	Outros	
Imobilizado em Serviços	130.182	2		21		130.205
Terrenos	13.944					13.944
Reservatórios, Barragens e Aduadoras	13.527					13.527
Edificações	21.098					21.098
Máquinas e Equipamentos	48.053	2		21		48.076
Veículos	23.983					23.983
Móveis e Utensílios	9.470					9.470
Outros	107					107
Imobilizado em Curso	43.362	4.610		(4.283)		43.689
Máquinas e Equipamentos	431	1.086		(19)		1.498
Outros	42.931	3.524		(4.264)		42.191
Depreciação Acumulada	(69.478)	(1.436)				(70.914)
Reservatórios, Barragens e Aduadoras	(4.482)	(72)				(4.554)
Edificações	(9.552)	(133)				(9.685)
Máquinas e Equipamentos	(34.323)	(427)				(34.750)
Veículos	(15.781)	(676)				(16.457)
Móveis e Utensílios	(5.245)	(128)				(5.373)
Outros	(95)					(95)
Imobilizado Líquido	104.066	3.176		(4.262)		102.980

A taxa de depreciação aplicada nos ativos da Companhia comumente levam em consideração a estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão, definida pela ANEEL.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11. INTANGÍVEL

11.1 MOVIMENTAÇÃO

	Controladora					31/03/2018
	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	Outros	
Intangíveis - Software	83					83
Intangíveis em andamento	2.621	1.785				4.406
Total	2.704	1.785				4.489
Amortização Acumulada						
Intangíveis - Software	(54)	(5)				(59)
Intangível Líquido	2.650	1.780				4.430

	Consolidado					31/03/2018
	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	Outros	
Direito de uso da concessão						
Em serviço	1.094.238	1.784		7.923		1.103.945
Em curso	134.527	7.566		8.051	(57.677)	92.467
Outros Intangíveis						
Em serviço	104.804					104.804
Em curso						
Direito de Exploração da Concessão	158.946					158.946
Total	1.492.515	9.350		15.974	(57.677)	1.460.162
Amortização Acumulada						
Direito de uso da concessão						
Em serviço	(379.763)	(9.710)				(389.473)
Outros Intangíveis						
Em serviço	(66.367)	(2.735)				(69.102)
Direito de Exploração da Concessão	(70.644)	(1.471)				(72.115)
Intangível Líquido	975.741	(4.566)		15.974	(57.677)	929.472

A ANEEL estabelece a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição para efeito de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização no vencimento da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como adequada para efeitos contábeis e regulatórios.

A Administração entende que a amortização do direito de uso da concessão deve respeitar o retorno esperado de cada bem da infraestrutura da concessão, via tarifa. Assim sendo, o intangível é amortizado pelo prazo esperado desse retorno, limitado ao prazo de vencimento da concessão.

O valor contábil de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Ativo Financeiro Indenizável (concessão).

11.2 DIREITO DE EXPLORAÇÃO DE CONCESSÃO DE GERAÇÃO

A CEB Lajeado S.A. em conjunto com a EDP Lajeado Energia S.A. e a Paulista Lajeado Energia S.A. são detentoras do direito de exploração de concessão da Usina Luis Eduardo Magalhães, que integra a operação da Investco S.A..

Nos anos de 2005 e 2006 ocorreu a reestruturação societária decorrente do contrato de venda e compra de ações entre a Investco S.A. e seus acionistas. Com a efetivação do negócio, foi reconhecido um ágio no valor de R\$ 158.946, que foi fundamentado como direito de exploração de concessão. Este direito de exploração de concessão será amortizado até o ano de 2032, que representa o fim da concessão.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O saldo em 31 de março de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 podem ser assim mostrados:

	31/03/2018	31/12/2017
Ágio	158.946	158.946
Amortização Acumulada	(72.115)	(70.644)
Saldo Líquido	86.831	88.302

12. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Suprimento de Energia Elétrica			335.647	319.782
Materiais e Serviços	9.184	8.795	41.591	43.727
Encargos de Uso de Rede Elétrica			54.929	39.853
Fornecedores de Gás			508	240
Total	9.184	8.795	432.675	403.602
Circulante	9.184	8.795	432.675	403.602

13. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

13.1 RESUMO DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	99.671	100.849	281.341	284.514
Outros Tributos	87	1.909	209.185	212.664
Total	99.758	102.758	490.526	497.178
Circulante	2.488	5.488	181.948	198.161
Não Circulante	97.270	97.270	308.578	299.017

13.1.1 IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	73.924	71.522	207.427	209.076
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	25.748	26.089	73.914	75.438
Total	99.672	97.611	281.341	284.514
Circulante	2.402	341	9.734	20.589
Não Circulante	97.270	97.270	271.607	263.925

A opção de tributação da Companhia e suas controladas CEB Distribuição S.A. e CEB Lajeado S.A. é o lucro real anual com antecipações mensais. As demais controladas optaram pelo regime de tributação lucro presumido.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O quadro seguinte apresenta a apuração resumida do IRPJ e da CSLL em 31 de março de 2018 e em 2017:

	Controladora				Consolidado			
	IRPJ		CSLL		IRPJ		CSLL	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Resultado Antes dos Tributos Sobre o Lucro	5.566	86.373	5.566	86.373	2.511	86.040	2.511	86.040
Resultado das Empresas Tributadas Pelo Lucro Presumido					(6.533)	(10.188)	(6.533)	(10.188)
Total do Resultado Tributável	5.566	86.373	5.566	86.373	(4.022)	75.852	(4.022)	75.852
Equivalência Patrimonial	(3.788)	2.982	(3.788)	2.982	(5.248)	1.865	(5.248)	1.865
Adições/Exclusões Permanentes	(6.163)	2.093	(6.163)	2.093	(914)	4.452	(914)	4.452
Adições/Exclusões Temporárias	300	(13.904)	300	(13.904)	(26.706)	74.539	(26.706)	74.539
Base de Cálculo Antes da Compensação do Prejuízo Fiscal	(4.085)	77.544	(4.085)	77.544	(36.890)	156.708	(36.890)	156.708
(-)Compensação Prejuízo Fiscal						(13.255)		(13.255)
Base de Cálculo	(4.085)	77.544	(4.085)	77.544	(36.890)	143.453	(36.890)	143.453
Alíquota Aplicável	25%	25%	9%	9%	25%	25%	9%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente								
IRPJ/CSLL - Controladora e Controladas					(4.878)	(12.537)	(1.760)	(4.523)
IRPJ - Lucro Presumido					(252)	(367)	(132)	(180)
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente					(5.130)	(12.904)	(1.892)	(4.703)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	109	134	38	28	5.884	12.033	2.188	4.311
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	109	134	38	28	684	(871)	296	(392)

13.1.1.1. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

	Empresa	Movimentação do período	IRPJ	CSLL
Alíquotas			25%	9%
Controle do Não Faturado e Custos a Faturar Líquido	Controladora	432	108	39
Valores a Receber de Parcela "A" - CVA	CEB Distribuição S.A.	20.311	5.078	1.828
Valor Novo de Reposição - VNR	CEB Distribuição S.A.	1.483	371	133
Estimativa Mensal - MCP	CEB Lajeado S.A.	1.308	327	118
Total		23.534	5.884	2.118

(i) PASSIVO FISCAL DIFERIDO

A realização dos passivos fiscais diferidos ora registrados ocorrerá por ocasião da venda dos terrenos, pelas realizações do ativo financeiro indenizável e dos ativos e passivos regulatórios.

Os montantes de IRPJ e de CSLL diferidos estão demonstrados no quadro seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	71.522	71.522	199.698	194.050
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	25.748	25.748	71.909	69.875
Total	97.270	97.270	271.607	263.925
Não Circulante	97.270	97.270	271.607	263.925



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13.1.2 OUTROS TRIBUTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transportes Estaduais, Intermunicipais e de Comunicações – ICMS			163.902	168.006
Contribuição Social Para Financiamento da Seguridade Social – COFINS	52	1.489	36.781	33.316
Programa de Integração Social – PIS	11	323	7.976	7.224
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	23	96	498	705
Outros			28	3.413
Total	86	1.908	209.185	212.664
Circulante	86	1.908	172.214	177.572
Não Circulante			36.971	35.092

14. CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

A Contribuição de iluminação pública – CIP foi instituída no Distrito Federal pela Lei Complementar nº 673, de 27 de dezembro de 2002, para custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e logradouros públicos do Distrito Federal.

O custeio do serviço de iluminação pública compreende:

I – despesas com energia consumida pelos serviços de iluminação pública; e

II – despesas com administração, operações, manutenção, eficientização e ampliação do sistema de iluminação pública.

A cobrança da CIP é efetuada na fatura de consumo de energia elétrica e devida ao Governo do Distrito Federal (GDF).

Em 31 de março de 2018, o montante a repassar ao GDF foi de R\$ 112.944 e apresenta a seguinte movimentação:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	121.624
Faturamento Arrecadado	50.217
Atualização Monetária	508
Repasses ao Governo do Distrito Federal	(59.381)
Saldo em 31 de março de 2018	112.944
Circulante	80.182
Não Circulante	32.762

Em 23 de dezembro de 2014, foi publicada a Lei nº 5.434 que estabeleceu medidas de apoio à CEB D, preparatórias à prorrogação do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia. Dentre as medidas adotadas, foi autorizado o parcelamento, em 60 parcelas mensais e sucessivas, do saldo arrecadado e não repassado da CIP nos exercícios de 2013 e 2014, que serão corrigidos pelo INPC, a partir do segundo mês subsequente ao da sua arrecadação, até o mês de início do pagamento do parcelamento. Este saldo corresponde a R\$ 109.508 e as parcelas terão vencimento no 15º dia útil de cada mês.

A movimentação do valor do parcelamento da CIP é apresentada no quadro a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	81.731
Amortização no Exercício	(9.796)
Atualização no Exercício	508
Saldo em 31 de março de 2018	72.443
Circulante	39.681
Não Circulante	32.762



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
Superavit de Baixa Renda (a)	75.213	74.036
Pesquisa & Desenvolvimento e Eficiência Energética (b)	121.710	116.701
Encargos do Consumidor a Recolher (c)	92.779	79.041
Total	289.702	269.778
Circulante	118.665	101.030
Não Circulante	171.037	168.748

(a) SUPERAVIT DE BAIXA RENDA

A aplicação da Tarifa Social de Baixa Renda, que causou impacto significativo nas receitas operacionais das concessionárias, foi instituída pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. O Decreto nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, e a Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002, foram os instrumentos legais instituídos para regulamentar o processo de subvenção econômica, com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica dos consumidores finais integrantes da subclasse residencial.

O montante apurado refere-se ao valor a ser ressarcido aos consumidores em decorrência do processo de migração de determinados consumidores residenciais, anteriormente enquadrados na subclasse de baixa renda, para consumidores normais. O ressarcimento deve-se ao fato de as tarifas concedidas à Companhia já terem considerado o enquadramento anterior dos consumidores como de baixa renda.

Em função de argumentos apresentados pela CEB Distribuição S.A., a Superintendência de Fiscalização Financeira – SFF da ANEEL editou a Nota Técnica nº 167/2016-SFF/ANEEL, de 29 de setembro de 2016, em que conclui pela não desconformidade da Distribuidora no tratamento do passivo de baixa renda ao longo dos processos tarifários correspondentes. Destaca, inclusive, o fato do valor do passivo estar devidamente provisionado nas demonstrações financeiras da Empresa.

Não obstante, a SFF encaminhou o assunto para o pronunciamento das Superintendências de Regulação dos Serviços de Distribuição – SRD e de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade – SFE, orientando à CEB Distribuição S.A. que não baixasse o valor do passivo até a decisão final da Agência Reguladora.

Em 17 de outubro de 2017, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.316/2017, referente ao Reajuste Tarifário Anual de 2017 da CEB D. Foi decidida a compensação na tarifa do saldo remanescente do passivo em modicidade tarifária, atualizado pela Taxa Selic até 23 de dezembro de 2013, perfazendo o montante de R\$ 97.631, em quatro parcelas a serem diferidas nos próximos ciclos tarifários, sendo a primeira já no ano de 2017.

A Administração da Companhia continua questionando a obrigatoriedade desse passivo. Em 18 de março de 2018, a CEB Distribuição S.A. obteve liminar que deferiu, parcialmente, o efeito suspensivo ativo “para determinar à ANEEL que se abstenha de efetuar a cobrança relativa ao superávit de receita percebido pela CEB-DIS em decorrência dos critérios de delimitação da subclasse residencial baixa renda, referente aos períodos de maio de 2002 a outubro de 2004, julho de 2005 e agosto de 2008, bem como de abater, reverter e capturar tais valores na receita e nas tarifas da CEB-DIS”, até o julgamento do Agravo de Instrumento. Até a data de emissão da presente Demonstrações Financeiras, a Agência Reguladora ainda não havia se pronunciado.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) OBRIGAÇÕES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO – P&D E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA – PEE

A controlada CEB D, por ser uma distribuidora do segmento de energia elétrica, é obrigada a aplicar 1% de sua receita operacional líquida (ROL) em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. A obrigatoriedade na aplicação desses recursos está prevista em lei e no contrato de concessão, cabendo à ANEEL regulamentar os investimentos nos programas, acompanhar a execução dos projetos e avaliar seus resultados. O montante de 1% é destinado aos Programas de Eficiência Energética – PEE; Pesquisa e Desenvolvimento – P&D; ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT; e ao MME. A participação de cada um dos programas está definida pelas leis nº 10.848, nº 11.465, nº 13.280 de 15 de março de 2004, 28 março de 2007 e 3 de maio de 2016, respectivamente.

A atualização das parcelas referentes ao PEE e ao P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176, de 28 de novembro de 2005; nº 219, de 11 de abril de 2006; nº 300, de 12 de fevereiro de 2008; e nº 316, de 13 de maio de 2008, além do Ofício Circular nº 1.644/2009-SFF/ANEEL, de 28 dezembro de 2009.

Por meio da Resolução Normativa nº 737, de 27 de setembro de 2016, com validade a partir de sua publicação, a ANEEL aprova o Submódulo 5.6 que estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do PEE e P&D. Entre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT, ao MME e Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL.

A tabela seguinte detalha os valores de P&D e PEE:

	Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
Programa de Eficiência Energética – PEE	76.781	73.227
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	43.255	41.587
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	1.295	1.663
Ministério de Minas e Energia – MME	379	224
Total	121.710	116.701

Visando a efetiva aplicação dos valores acumulados no passivo, o Plano de Negócio do Período de 2018 a 2022, aprovado pela Controladora, em dezembro de 2017, prevê metas para a destinação de recursos para tal fim. Dessa forma, ao longo do mencionado horizonte de planejamento, a Distribuidora voltará a exibir valores compatíveis com a regulamentação vigente.

(c) ENCARGOS DO CONSUMIDOR A RECOLHER

	Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	8.158	7.840
Taxa Fiscalização do Serviço Energia Elétrica	765	712
Demais Encargos Setoriais	83.856	70.489
Total	92.779	79.041



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16. DEBÊNTURES

	Consolidado					
	31/03/2018			31/12/2017		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Principal	66.420	44.592	111.012	64.630	62.774	127.404
Encargos	944		944	443		443
Custos da Emissão	(388)	(696)	(1.084)	(432)	(787)	(1.219)
Saldo Total	66.976	43.896	110.872	64.641	61.987	126.628

16.1 MOVIMENTAÇÃO DAS DEBÊNTURES

Saldo em 31 de dezembro de 2017	126.628
Encargos incorridos	4.548
Custo de transação	135
Encargos pagos	(4.046)
Amortização principal	(16.479)
Deságio	86
Saldo em 31 de março de 2018	110.872

16.2 VENCIMENTOS

O saldo de debêntures tem seus vencimentos assim programados:

Consolidado	2018	2019	2020	Total
CDI + 6,8%	48.885	46.024	15.963	110.872

16.3 GARANTIAS NA EMISSÃO DE DEBÊNTURES

Os pagamentos das obrigações contratuais das debêntures emitidas são garantidos pela cessão fiduciária de direitos creditórios, presentes e futuros, vincendos, provenientes de faturas de fornecimento de energia, no período compreendido entre a data da primeira integralização das debêntures até sua liquidação total e dos vencimentos das demais obrigações acessórias.

A primeira emissão de debêntures possui ainda como garantia a alienação fiduciária do imóvel localizado no Setor Noroeste SAI Norte PR 155/1/DF, atualmente classificado como ativo não circulante – Propriedade para Investimento, cujo valor de liquidação forçada foi equivalente a 150% do saldo principal das debêntures.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Consolidado		Encargos
	31/03/2018	31/12/2017	
Eletrobrás	452	496	Juros entre 5% a 8% a.a. 1% a 2% de Tx. Adm. + Variação da UFIR/IGPM
Banco do Brasil S.A (Finame)	1.763	2.013	4,5% a.a. + TLP
Banco do Brasil S.A (FCO I a IV)	21.559	25.280	Juros de 10% a.a. de atualização pela TLP e Bônus de Adimplência de 15%.
Caixa Econômica Federal	59.720	65.107	140% do CDI CETIP (durante o período de utilização).
Caixa Econômica Federal/BNDES	30.019	30.799	4,5% a.a + TLP
Caixa Econômica Federal/BNDES	11.667	12.771	4,5% a.a + UMBNDES
Caixa Econômica Federal/BNDES	15.168	16.705	6% a.a
Banco BCV	5.257	6.753	6,5% a.a + CDI CETIP
Banco BBM	78.958	80.023	4% a.a. + CDI
Banco FIBRA	60.809	60.425	4,5% a.a. + CDI
Banco SOFISA	20.071	20.077	4,5% a.a. + CDI
Banco Daycoval	60.754	61.331	4,0 a.a. + CDI
Custo de Transação	(1.128)	(1.438)	
Total	365.069	380.342	
Circulante	170.776	125.030	
Não Circulante	194.293	255.312	

17.1 PERSPECTIVAS DE AMORTIZAÇÕES

Empréstimos	2018	2019	2020	2021 em diante	Total
Eletrobrás	130	147	112	63	452
Banco do Brasil S.A. (FCO I a IV)	8.166	4.218	4.218	4.957	21.559
Banco do Brasil S.A. (FINAME)	750	1.000	-	13	1.763
Caixa Econômica Federal	19.220	22.989	17.242	269	59.720
Caixa Econômica Federal/BNDES	4.277	5.703	5.703	14.336	30.019
Caixa Econômica Federal/BNDES	2.328	3.104	3.104	3.131	11.667
Caixa Econômica Federal/BNDES	3.509	4.678	4.678	2.303	15.168
Banco BCV	3.700	939	-	618	5.257
Banco BBM	4.453	26.667	15.556	32.282	78.958
Banco FIBRA	60.242	-	-	567	60.809
Banco SOFISA	3.333	6.667	6.667	3.404	20.071
Banco Daycoval		20.384	20.384	19.986	60.754
Total	110.108	96.496	77.664	81.929	366.197
Custo de Transação					(1.128)
Total Líquido					365.069

17.2 MOVIMENTAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Empréstimos e Financiamentos	Custo de Transação	Empréstimos e Financiamentos Líquidos
Saldo em 31 de dezembro de 2017	381.780	(1.438)	380.342
Encargos Incorridos no Período	7.041		7.041
Custo de Transação		310	310
Encargos Financeiros Pagos	(7.971)		(7.971)
Variação Monetária	(122)		(122)
Amortizações de Principal	(14.531)		(14.531)
Saldo em 31 de março de 2018	366.197	(1.128)	365.069

17.3 COVENANTS



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os contratos de empréstimos e financiamentos da CEB D possuem cláusula restritiva (*covenants*) não financeira de vencimento antecipado, vinculada à manutenção do contrato de concessão. Em 31 de março de 2018, as cláusulas restritivas estabelecidas nos contratos de empréstimos e financiamentos foram cumpridas pela Companhia.

18. OBRIGAÇÕES SOCIETÁRIAS

As obrigações societárias representam valores a pagar aos acionistas controladores e não controladores a título de dividendos, juros sobre capital próprio e partes beneficiárias, sobre resultados apurados no exercício corrente e exercícios anteriores.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Governo do Distrito Federal	2.215	2.215	2.215	2.215
Partes Beneficiárias (Eletrobrás)			4.505	3.405
Outros Acionistas	5.526	5.526	11.146	11.146
Total	7.741	7.741	17.866	16.766
Circulante	7.741	7.741	17.866	16.766

19. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Provisão de Férias	102	130	13.115	12.575
Provisão de 13º Salário	38		2.135	
Encargos Sobre Provisões	44	44	24.105	21.702
Abono Assiduidade			3.761	4.196
Participação nos Lucros			10.828	10.822
Outros			1.723	1.524
Total	184	174	55.667	50.819
Circulante	184	174	55.667	50.819



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

20.1 PLANOS DE BENEFÍCIOS

A Companhia e suas controladas são patrocinadoras da Fundação de Previdência dos Empregados da CEB – FACEB, uma Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC criada em 1976, que têm como objetivos oferecer aos seus empregados planos de benefícios de natureza previdenciária e assistencial, conforme demonstrado a seguir:

Planos	Benefícios	Classificação	Patrocinadora
Plano Complementar de Benefícios Previdenciários	Aposentadoria e pensão	Benefício definido	CEB D
Plano de Benefícios CEBPREV	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida	Multipatrocinado
Plano de Saúde da CEB – Assistencial (extinto em 24/03/2017)	Assistência médica e outros benefícios	Benefício definido	CEB D
Plano CEB-Saúde (extinto em 24/03/2017)	Assistência médica	Contribuição definida	Multipatrocinado
Plano CEB Saúde Vida (vigência 24/03/2017)	Assistência médica	Contribuição definida	Multipatrocinado
Plano FACEB Saúde Vida (vigência 24/03/2017)	Assistência médica	Contribuição definida	Multipatrocinado
Plano FACEB Família (vigência 24/03/2017)	Assistência médica	Contribuição definida	Multipatrocinado

A Fundação administra dois Planos de Previdência, o plano Complementar de Benefícios Previdenciários, instituído na modalidade de Benefício Definido (BD), fechado para novas adesões; e o plano denominado CEBPREV, na modalidade Contribuição Definida (CD). Este último, por sua vez, não é reconhecido como benefício pós-emprego, uma vez que não são necessárias premissas atuariais para mensurar a obrigação ou a despesa.

Adicionalmente, a FACEB é uma Operadora de Plano de Saúde, com registro definitivo concedido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, desde fevereiro de 2014. No decorrer do 1º trimestre de 2017, os planos de saúde CEB Assistencial e CEB Saúde foram substituídos pelos Planos Planos CEB Saúde Vida, FACEB Saúde Vida e FACEB Família, principalmente decorrente da extinção do Plano CEB Assistencial, ocorrida por força de Acórdão relativo à Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 2014002032055-2.

A modalidade dos novos planos de saúde é de autogestão, estando registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), com as seguintes características:

- Plano CEB Saúde Vida: Destinado aos empregados ativos e dependentes e atenderá a CEB e suas controladas. A contribuição mensal levará em consideração a remuneração e a faixa etária. O valor da contribuição mensal devida pelo beneficiário titular não poderá ser inferior a 2% ou superior a 10% da sua remuneração.
- Plano FACEB Saúde Vida: Destinado aos beneficiários, ex-empregados demitidos sem justa causa, pedidos de demissão ou aposentados, extensivo a seus dependentes. A contribuição mensal levará em consideração a faixa etária em que o beneficiário (titular e dependente) se enquadrar.
- Plano FACEB Família: Destinado, exclusivamente, aos familiares dos beneficiários titulares do Plano CEB Saúde Vida e do Plano FACEB Saúde Vida, denominados beneficiários agregados (filhos adotivos ou não que tenham perdido as condições de manutenção nos planos CEB Saúde Vida e FACEB Saúde Vida e os netos dos titulares do Plano CEB Saúde Vida. A contribuição mensal levará em consideração a faixa etária em que o beneficiário se enquadrar.

Os resultados da reavaliação atuarial das obrigações com benefícios a empregados da Companhia e suas controladas estão demonstrados nos quadros seguintes, divididas em função de cada plano previdenciário e de saúde, e foram



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

calculados com base nas informações prestadas pela Companhia, suas controladas e pela FACEB. Os cálculos atuariais foram realizados em conformidade com o Pronunciamento CPC 33(R1).

As informações que fundamentaram o trabalho atuarial são constituídas de bases cadastrais referentes aos planos previdenciário e de saúde; de informações sobre a utilização do plano de saúde nos últimos vinte e sete meses; informações contábeis posicionadas em 28 de fevereiro de 2018; e dados sobre a composição do valor justo dos ativos do plano de benefício posicionado na mesma data.

Os montantes no passivo e no resultado, vinculados aos planos de contribuições e benefícios definidos, são os seguintes:

	31/03/2018	31/12/2017
Previdenciário		
Contribuições Para o Plano e Outras Obrigações	741	4.791
Provisão Atuarial Previdência	270.535	166.427
Total	271.276	171.218
Circulante	741	4.791
Não Circulante	270.535	166.427

20.2 PLANOS PREVIDENCIÁRIO E ASSISTENCIAL (BD)

As movimentações a valor presente da obrigação com benefício definido são:

	Plano Previdenciário	
	31/03/2018	31/12/2017
Valor Presente das Obrigações Atuariais		
Valor Presente da Obrigação Atuarial no Início do Exercício	(1.571.007)	(1.388.134)
Custo do Serviço Corrente	(2.918)	(10.859)
Custo de Juros	(35.976)	(152.833)
Ganhos/(Perda) Atuariais	(76.371)	(119.796)
Benefícios Pagos Pelo Plano	25.047	100.615
Valor Presente da Obrigação Atuarial no Final do Período	(1.661.225)	(1.571.007)

Análise da obrigação atuarial dos planos:

	Plano Previdenciário	
	31/03/2018	31/12/2017
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(1.661.225)	(1.571.007)
Valor Justo dos Ativos do Plano	1.387.426	1.404.580
Valor Presente da Obrigação Coberta	(1.387.426)	(1.404.580)
Valor Presente da Obrigação Sem Cobertura	(273.799)	(166.427)
Status dos Planos	Parcialmente Fundado	Parcialmente Fundado



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As movimentações no valor justo dos ativos dos planos são as seguintes:

	Plano Previdenciário	
	31/03/2018	31/12/2017
Valor Justo dos Ativos dos Planos		
Valor Justo dos Ativos do Plano no Início do Exercício	1.404.580	1.308.558
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	32.165	144.072
Contribuições Recebidas Pelo Fundo – Patrocinador	1.338	24.742
Contribuições Recebidas Pelo Fundo – Participantes	1.337	6.115
Benefícios Pagos Pelo Fundo	(25.047)	(100.614)
Ganhos/(Perda) Atuariais	(26.948)	21.707
Valor Justo dos Ativos dos Planos no Final do Período	1.387.425	1.404.580

Conciliação dos valores reconhecidos no balanço:

	Plano Previdenciário	
	31/03/2018	31/12/2017
Valores Reconhecidos no Balanço Patrimonial		
Valor Presente da Obrigação Atuarial Sem Cobertura	273.799	166.427
Passivo/(Ativo) Líquido Reconhecido no Final do Período (Saldo da Dívida com a FACEB)	169.691	250.895
Movimentação do Passivo (Ativo) Líquido Reconhecido no Balanço		
Passivo (Ativo) Reconhecido no Início do Exercício	166.427	79.576
Contribuições Aportadas no Plano	(1.339)	(24.742)
Amortização de (Ganhos)/Perdas Atuariais	103.319	98.090
Despesas do Exercício	5.392	13.503
Passivo/(Ativo) Reconhecido no Final do Período	273.799	166.427

Os quadros a seguir mostram as estatísticas dos planos de benefícios conforme dados cadastrais:

	Plano Complementar	
	31/03/2018	31/12/2017
Ativos		
Quantidade	389	399
Idade Média	51,04	50,93
Tempo Médio de Serviço (anos)	26,03	25,95
Tempo Médio Esperado de Serviço Futuro (anos)	5,55	5,63
Valor do Salário Médio (R\$)	12.521,98	12.570,83
Aposentados		
Quantidade	1.141	1.134
Idade Média	67,33	67,20
Benefício Médio (R\$)	6.467,28	6.438,25
Pensionistas		
Quantidade	351	353
Idade Média	65,19	64,95
Benefício Médio (R\$)	1.906,71	1.879,83

A maior parte dos ativos está concentrada em investimentos de renda fixa (aproximadamente 95% da carteira).

20.3 PLANO PREVIDENCIÁRIO

O Plano Complementar de Benefícios Previdenciais apresentou um valor presente de obrigação atuarial de R\$ 1.661.225 que ao ser confrontado com o valor justo dos ativos do plano de R\$ 1.387.426 resultou em um deficit de R\$ 273.799, constituindo-se, portanto, em um passivo atuarial. Atualmente, a CEB Distribuição S.A. tem contabilizado em seu passivo o montante de R\$ 169.691, sendo R\$ 3.264 relativo ao contrato de dívida que mantém junto à FACEB e R\$ 166.427 referente à provisão atuarial constituída, sendo necessário o ajuste da provisão em R\$ 104.108.

O valor justo dos ativos do plano foi informado pela FACEB e, segundo a entidade, está precificado a mercado na posição de 28 de fevereiro de 2017. Do ativo total informado pela FACEB (R\$ 1.409.844) foram deduzidos os valores registrados no balancete nas rubricas do exigível operacional (R\$ 5.081); exigível contingencial (R\$ 5.473); e fundos



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(R\$ 11.864), resultando no valor justo de R\$ 1.387.426, uma vez que essas parcelas do ativo não se destinam à cobertura das provisões matemáticas.

O Plano Complementar de Benefícios Previdenciais se encontra em situação de cobertura parcial do valor presente da obrigação atuarial, conforme demonstrado nos quadros anteriores, tendo apresentado, em 31 de março de 2018, um deficit atuarial. A variação no resultado atuarial, quando comparado com a situação em 31 de dezembro de 2017, se deve a dois fatores principais: a) alteração da hipótese de taxa de juros atuarial, que provocou aumento da obrigação atuarial de R\$ 79.502, que representa 4,79% da referida obrigação atuarial em 31 de março de 2018; e b) redução no valor justo dos ativos, cujo montante foi de R\$ 17.154.

Os resultados apresentados pelo plano ao longo dos últimos períodos estão listados no quadro seguinte:

	31/03/2018	31/12/2017
Valor Presente da Obrigação Atuarial	1.661.225	1.571.007
Valor Justo dos Ativos do Plano	(1.387.426)	(1.404.580)
Resultado	273.799	166.427

O quadro a seguir contém a despesa do plano de responsabilidade da patrocinadora, estimada para o exercício de 2017, calculada com base nos custos normais; no custo dos juros incidentes sobre a obrigação atuarial; nos rendimentos esperados do valor justo dos ativos do plano; e nas contribuições estimadas dos participantes e assistidos.

	2018
Custo do Serviço Corrente	11.170
Custo dos Juros	142.105
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(127.051)
Contribuições dos Participantes	(5.082)
Total da Despesa Estimada	21.142

20.4 PLANO DE BENEFÍCIOS CEBPREV

O plano CEBPREV, por ser constituído na modalidade de contribuição definida, não imputa riscos às suas patrocinadoras e, por conseguinte, não gera a necessidade de provisão de benefícios pós-emprego para a CEB Distribuição S.A..

Conforme o balancete desse plano posicionado em 28 de fevereiro de 2018, as provisões matemáticas de benefícios a conceder são iguais a R\$ 40.884 e o patrimônio de cobertura do plano é de R\$ 40.884, comprovando o equilíbrio atuarial do citado plano de benefícios. Não existem benefícios concedidos no plano na data desta reavaliação e além do patrimônio de cobertura do plano existem fundos previdenciais no montante de R\$ 875 para dar suporte à solvência do plano de benefícios.

20.5 PLANO CEB-SAÚDE

O plano CEB-Saúde não gerou provisão de benefícios pós-emprego em função das disposições de seu regulamento que prevêem a participação da CEB Distribuição S.A., bem como das demais associadas, apenas em relação aos participantes ativos e seus dependentes, não lhes imputando responsabilidades em relação aos aposentados e pensionistas.

Dessa forma, não há qualquer provisão de benefícios pós-emprego a contabilizar em função desse plano de saúde.

20.6 PREMISSAS ATUARIAIS



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Plano Complementar	
	31/03/2018	31/12/2017
Premissas Atuariais Adotadas		
Financeira		
Taxa de Juros Anual Para Cálculo do Valor Presente da Obrigação	4,61%	5,04%
Expectativa de Retorno do Valor Justo dos Ativos do Plano	9,05%	9,49%
Taxa Nominal de Crescimento Anual dos Salários	4,24%	4,24%
Taxa Anual de Inflação futura	4,24%	4,24%
Taxa Nominal de Crescimento Anual dos Salários	4,24%	4,24%
Demográficas		
Taxa de Rotatividade	0,00%	0,00%
Tábua de Mortalidade/Sobrevivência de Ativos	AT-2000 masculina	
Tábua de Mortalidade/Sobrevivência de Assistidos	AT-2000 masculina	
Tábua de Mortalidade/Sobrevivência de Inválidos	Winklevoss	
Tábua de Entrada em Invalidez	TASA-1927	
Tábua de Morbidez	Não Usada	
Idade de Aposentadoria	Primeira aposentadoria, considerando-se as elegibilidades do regulamento do plano.	
Composição Familiar para Cálculo de Pensão e Reversão		
Ativos	90% casados com cônjuge feminino 4 anos mais jovem.	
Assistidos	Família informada no cadastro.	

20.7 1º EQUACIONAMENTO DO PLANO COMPLEMENTAR DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIAIS DA FACEB (PLANO BD)

Os estudos atuariais referentes ao exercício de 2016, consubstanciado pelo Parecer Atuarial MERCER GAMA nº 119/2017, estabeleceu que o resultado do Equilíbrio Técnico Ajustado, deficitário no montante de R\$ 154.970, foi superior ao limite máximo de Deficit Técnico Acumulado de R\$ 121.786. A apuração foi baseada na Duração do Passivo de 12,05 anos, resultando em R\$ 33.184 de deficit a ser equacionado.

Sobre essa questão, em 27 de novembro de 2017, o Comitê de Governança das Empresas Públicas da Câmara de Governança Orçamentária, Financeira e Corporativa do Distrito Federal – Governança-DF, por meio do Processo nº 0040.002.239/2017, manifestou-se favoravelmente à aprovação do 1º Plano de Equacionamento do Deficit mínimo apurado no Plano BD.

Tal resultado motivou a contratação do Equacionamento de Deficit, celebrado entre a FACEB e a CEB D, no valor de R\$ 11.423. A amortização será pelo método “Price” em parcelas mensais e sucessivas de valor nominal equivalente a R\$ 83,6; prazo de amortização de 217 meses; juros de 5,7% a.a.; capitalização mensal; e correção monetária calculada segundo a variação do INPC-IBGE, com início obrigatório para pagamento da primeira parcela em fevereiro de 2018.

A diferença, no montante de R\$ 21.761, esta sendo suportada pelos participantes ativos; autopatrocinados; aposentados; e pensionistas, conforme determina a legislação.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21. PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS

Os processos judiciais provisionados e não provisionados, são apresentados a seguir:

21.1 PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS PROVISIONADOS

A Companhia e suas controladas possuem processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível, fiscal e regulatório. A Administração reavalia os riscos de contingências relacionados a esses processos e, baseada na opinião de seus procuradores jurídicos, constitui provisão para as causas cujas expectativas de perda são consideradas prováveis.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Regulatórias			66.107	69.539
Trabalhistas			9.107	5.220
Fiscais	1	1	1	1
Cíveis	95	95	3.521	4.419
Total	96	96	78.736	79.179
Circulante			4.576	4.013
Não Circulante	96	96	74.160	75.166

21.2 MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS

	Controladora		
	Cível	Fiscais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016		10.827	10.827
Constituições de Provisão	95	46	141
Reversão de Provisão		(10.872)	(10.872)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	95	1	96
Saldo em 31 de março de 2018	95	1	96

	Consolidado				
	Trabalhista	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.276	3.450	10.827	53.864	72.417
Constituições de Provisão	1.982	2.694	46	11.819	16.541
Baixa/Reversão de Provisão	(1.517)	(2.014)	(10.872)	(1.401)	(15.804)
Atualização Monetária	479	289		5.257	6.025
Saldo em 31 de dezembro de 2017	5.220	4.419	1	69.539	79.179
Constituições de Provisão	3.773	186			3.959
Baixa / Reversão de Provisão		(1.380)		(4.232)	(5.612)
Atualização Monetária	113	296		801	1.210
Saldo em 31 de março de 2018	9.106	3.521	1	66.108	78.736
Circulante					4.576
Não Circulante					74.160

(i) DEMANDAS TRABALHISTAS

Ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia e suas controladas, envolvendo cobrança de horas extras; adicionais de periculosidade; dano moral; e responsabilidade subsidiária/solidária de empregados de empresas contratadas para prestação de serviços terceirizados. A atualização das contingências trabalhistas é com base na Taxa Referencial (TR).



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) DEMANDAS CÍVEIS

Ações pleiteando indenização por acidentes com a rede de distribuição de energia elétrica; danos morais; além de discussões quanto à relação de consumo, tais como cobrança e corte indevidos; corte por inadimplência; problemas na rede; e questionamentos de valores pagos por consumidores. A atualização das contingências cíveis é com base no INPC.

(iii) DEMANDAS REGULATÓRIAS

As principais contingências regulatórias envolvem a não conformidade nos processos de fiscalização, tais como: ausência de anuência prévia para dação em garantia em empréstimos contraídos pela Companhia; investimentos em consórcio; extrapolação dos limites dos indicadores de qualidade do fornecimento de energia; falta de investimentos no sistema elétrico de distribuição; e fiscalização de procedimentos da atividade comercial. A atualização das provisões regulatórias é com base na taxa Selic.

A Administração da CEB D, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

(iv) DEMANDAS FISCAIS

A Companhia é parte em processos administrativos e judiciais referentes às declarações de compensação não homologadas de tributos (PIS, COFINS, IRPJ, CSLL). A Companhia busca o reconhecimento do direito de compensação nas esferas administrativa e judicial. A representação judicial da Empresa foi avocada pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal, em 2013.

21.3 PASSIVO CONTINGENTE – RISCO POSSÍVEL

A Companhia e suas controladas possuem processos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída. O montante desses processos, em 31 de março de 2018, está reproduzido no quadro seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Fiscais	135.046	150.898	135.046	155.923
Cíveis	1	1	5.227	2.240
Trabalhistas			10.088	1.425
Total	135.047	150.899	150.361	159.588

21.4 ATIVO CONTINGENTE – RISCO PROVÁVEL

A Companhia e suas controladas possuem processos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais envolvendo riscos de ganho classificados pela Administração como prováveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há ativo constituído. Os montantes desses processos, em 31 de dezembro de 2017, estão reproduzidos no quadro seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Fiscais	200	200	200	200
Cíveis	1.233	1.235	25.020	13.137
Total	1.433	1.435	25.220	13.337



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22. OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO

	Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
Uso do Bem Público	507	507
Participação Financeira do Consumidor – Valores Não Aplicados (a)	8.033	64.913
Total	8.540	65.420
Não Circulante	8.540	65.420

(a) Valores recebidos antes do início do empreendimento e não aplicados.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

23.1 CAPITAL SOCIAL

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 566.025. As ações são escriturais e sem valor nominal, sendo que as ações preferenciais classes A e B não têm direito a voto.

A composição do capital social subscrito e integralizado, por classe de ações, é a seguinte:

Capital Total em Ações	31/03/2018	31/12/2017
Ações Ordinárias	7.184.187	7.184.178
Ações Preferenciais	7.232.196	7.232.205
Classe A	1.313.002	1.313.002
Classe B	5.919.194	5.919.203
Total	14.416.383	14.416.383
Valor Patrimonial por Ação:		
Patrimônio Líquido	534.290	632.979
Total	534.290	632.979
Quantidade de Ações	14.416.383	14.416.383
Valor Patrimonial por Ação – Em (R\$)	37,06	43,91

23.2 AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Neste grupo estão contabilizados os seguintes eventos:

	31/03/2018	31/12/2017
Custo Atribuído do Ativo Imobilizado	188.817	188.817
Ganho na Variação de Percentual – Corumbá Concessões S.A.	19.929	19.929
Perdas Atuariais – Plano de Previdência	(270.535)	(166.427)
Total	(61.789)	42.319

23.2.1 CUSTO ATRIBUÍDO (DEEMED COST)

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial foi constituída em decorrência dos ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição, no montante de R\$ 195.191, líquido de efeitos tributários.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos a que elas se referem. Em 2009 houve venda de terrenos e a reserva foi realizada em R\$ 6.374, líquido dos efeitos tributários.

O efeito decorrente da adoção do custo atribuído em 1º de janeiro de 2009 é demonstrado conforme quadro a



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

seguir:

Terrenos	Controladora / Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2008	1.442
Ajustes por Adoção do Custo Atribuído	295.744
Saldo em 1º de janeiro de 2009	297.186
Alienação de Terreno – Exercício de 2009	(11.099)
Saldo em 31 de dezembro de 2010 e 2011 – Valor Bruto	286.087
Efeito Fiscal (IRPJ/CSLL – 34%)	(97.270)
Saldo em 31 de dezembro de 2017 – Líquido do Efeito Fiscal	188.817
Saldo em 31 de março de 2018 – Líquido do Efeito Fiscal	188.817

23.2.2 PERDAS ATUARIAIS – PLANOS ASSISTENCIAL E PREVIDENCIÁRIO

Todos os eventos tratados nestas contas estão descritas na Nota Explicativa nº 21.

23.3 RESERVA DE LUCROS

23.3.1 RESERVA LEGAL

A Reserva Legal é constituída à razão de 5% do Lucro Líquido apurado a cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social. A destinação é facultativa quando a Reserva Legal, somada às Reservas de Capital, excederem 30% o Capital Social. A reserva somente é utilizada para o aumento do Capital Social ou para absorção de prejuízos.

23.3.2 RESERVA PARA EXPANSÃO DOS NEGÓCIOS SOCIAIS

A Reserva para Expansão dos Negócios Sociais foi constituída a partir de decisão da AGO, a qual aprovou a destinação da parcela do Lucro Líquido não distribuído, para essa reserva, conforme previsto no Estatuto da Companhia.

23.4 RESULTADO DO PERÍODO

Em 31 de março de 2018, a Companhia apurou um lucro líquido de R\$ 5.419 (R\$ 10.498 em 31 de março de 2017).



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24. CONTAS DO RESULTADO

24.1 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Fornecimento de Energia Elétrica			791.963	796.958
Energia de Curto Prazo			9.706	75.063
Recursos de Parcela A e Outros Itens Financeiros			12.213	(75.367)
Receita de Construção			22.710	15.371
Aporte de Recursos da CDE			13.470	11.887
Receita de Prestação de Serviços	7.646	8.899	7.883	9.051
Suprimento de Energia			8.166	8.551
Disponibilidade do Sistema de Distribuição			8.287	5.258
Arrendamento e Aluguéis			7.941	7.634
Receita de Venda de Gás			1.065	966
Outras Receitas			421	681
Receita Operacional Bruta	7.646	8.899	883.825	856.053
Impostos	(153)	(178)	(160.826)	(160.137)
Contribuições	(707)	(823)	(67.710)	(66.421)
Encargos do Consumidor			(92.123)	(97.017)
Deduções da Receita Operacional Bruta	(860)	(1.001)	(320.659)	(323.575)
Receita Operacional Líquida	6.786	7.898	563.166	532.478

24.2 CUSTO COM SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017
Energia Elétrica Comprada Para Revenda	(283.924)	(285.299)
Energia Elétrica Comprada Para Revenda – Curto Prazo	(24.221)	(31.469)
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(81.259)	(28.575)
Amortização do Risco Hidrológico	(553)	(553)
Total	(389.957)	(345.896)

24.3 CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Pessoal e Administradores	(3.305)	(2.878)	(55.017)	(68.178)
Serviço de Terceiros	(7.942)	(6.022)	(41.594)	(44.130)
Custo de Construção – Concessão			(22.710)	(15.371)
Depreciação e Amortização	(41)	(69)	(13.909)	(13.094)
(Provisão) Estimada/Reversão de Perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa	5.989	11.603	(12.674)	(13.007)
Arrendamento			(6.906)	(8.505)
Material	(76)	(142)	(468)	(702)
Outras Despesas	(92)	(112)	(4.389)	(2.097)
Total	(5.467)	2.380	(157.667)	(165.084)
Classificados como:				
Custo da Operação			(77.972)	(65.790)
Custo dos Serviços Prestados	(5.515)	(6.022)	(7.103)	(7.118)
Despesas com Vendas	5.989	11.840	(28.937)	(29.095)
Despesas Gerais e Administrativas	(5.941)	(3.438)	(43.656)	(63.081)



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24.4 OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Outras Receitas Operacionais				
Reversão de Provisão de Benefícios Pós-Emprego			4.076	37.790
Recuperação de Créditos Baixados por Perdas			12.998	6.238
Reversão de Provisão Para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios			4.265	945
Variação do Valor Justo - Ativo Financeiro Indenizável - VNR			1.483	1.212
Tributos Sobre Outras Receitas			(610)	(15.740)
Outras Receitas			478	(2.148)
Subtotal			22.690	28.297
Outras Despesas Operacionais				
Provisão de Benefícios Pós-Emprego			(4.554)	(10.851)
Provisão Para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios		(1)	(4.376)	(3.290)
Compensação por Descontinuidade de Energia			(3.664)	(2.481)
Provisão Para Perdas com Depósitos Judiciais			(740)	(332)
Multas ANEEL				(321)
Outras Despesas		(32)	(9)	(687)
Subtotal		(33)	(13.343)	(17.962)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas		(33)	9.347	10.335

24.5 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Receitas Financeiras				
Juros/Variações Monetárias Sobre Ativos	361	388	3.523	1.838
Atualização Monetária - Ativos Regulatórios				9.787
Acréscimos Moratórios em Conta de Energia			8.442	9.556
Rendimentos de Aplicações Financeiras	90	201	1.047	2.514
Multas e Penalidades Aplicadas			149	1.588
Receita de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	132	132	152	249
Outras Receitas Financeiras			31	51
Tributos Sobre Receitas Financeiras	(21)		(577)	(963)
Subtotal	562	721	12.767	24.620
Despesas Financeiras				
Juros/Variações Monetárias Sobre Passivos	(37)	(37)	(3.538)	(14.981)
Encargos de Dívidas			(11.996)	(16.677)
Atualização Monetária - Passivos Regulatórios			(501)	(9.129)
Outras Despesas Financeiras	(70)	(17)	(8.664)	(3.741)
Subtotal	(107)	(54)	(24.699)	(44.528)
Variação Cambial Líquida			(1.592)	5.722
Resultado Financeiro	455	667	(13.524)	(14.186)

25. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

Os acionistas ordinaristas e preferencialistas possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro (prejuízo) por ação, básico e diluído, foi calculado com base no lucro (prejuízo) do exercício disponível para os acionistas.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25.1 BÁSICO

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

25.2 DILUÍDO

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui categoria de ações potenciais diluídas.

A seguir são apresentados os cálculos do lucro (prejuízo) por ação, básico e diluído:

	31/03/2018	31/03/2017
Lucro Líquido (Prejuízo) Atribuível aos Acionistas da Companhia	5.419	10.498
Lucro/(Prejuízo) Alocado às Ações Ordinárias – Básicas e Diluídas	2.571	4.982
Lucro/(Prejuízo) Alocado às Ações Preferenciais – Básicas e Diluídas	2.848	5.516
Média Ponderada das Ações em Circulação		
Ações Ordinárias – Básicas e Diluídas	7.184	7.184
Ações Preferenciais – Básicas e Diluídas	7.232	7.232
Lucro / (Prejuízo) por Ação - R\$:		
Ações Ordinárias – Básicas e Diluídas	0,3579	0,6934
Ações Preferenciais – Básicas e Diluídas	0,3937	0,7628

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

26.1 CONTROLADORA FINAL

A Companhia é controlada pelo Governo do Distrito Federal – GDF.

26.2 REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

O Grupo não possui transações de empréstimos ou outras transações com diretores/conselheiros ou familiares imediatos.

As remunerações dos administradores responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia e de suas controladas, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Remuneração	578	182	1.833	1.352
Demais Benefícios de Curto Prazo	184	139	341	349
Total	762	321	2.174	1.701

A Companhia não concede benefícios pós-emprego aos administradores e conselheiros.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26.3 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos e as transações com partes relacionadas da Companhia estão demonstrados conforme a seguir:

26.3.1 OPERAÇÕES DA CONTROLADORA COM SUAS CONTROLADAS

Transações Com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)	Controladora	
	31/03/2018	31/12/2017
Ativo	34.973	36.011
Contas a Receber, Líquido da PECLD	13.998	15.323
Governo do Distrito Federal	13.998	15.323
Demais Ativos	20.975	20.688
Dividendos/JSCP	8.794	8.794
CEB Lajeado S.A.	7.130	7.130
Corumbá Concessões S.A.	308	308
Energética Corumbá III S.A.	1.356	1.356
Empréstimos e Financiamentos (Mútuos)	12.181	11.894
Corumbá Concessões S.A.	12.181	11.894
Passivo	3.251	3.078
Dividendos	2.215	2.215
Governo do Distrito Federal	2.215	2.215
Demais Obrigações	1.036	863
CEB Distribuição S.A.	1.036	863

	Controladora	
	31/03/2018	31/03/2017
Receitas	8.002	9.286
Receita de Prestação de Serviços	7.647	8.899
Governo do Distrito Federal (a)	7.647	8.899
Encargos de Mútuo	355	387
Corumbá Concessões S.A.	355	98
CEB Distribuição S.A.		289
Despesas	5.989	11.602
(Provisão) / Reversão de Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa	5.989	11.602
Governo do Distrito Federal	5.989	11.602

(a) Representa a receita pelos serviços de iluminação pública (obras e manutenção do parque) prestados ao Governo do Distrito Federal – GDF (Administrações Regionais, Empresas Públicas, Secretarias de Governo e Outros). Estes serviços são faturados de acordo com os contratos firmados entre a CEB e o Governo de Distrito Federal – GDF. Em 2017, a margem líquida média por contrato foi de 9,33%;



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26.3.2 OPERAÇÕES DO GRUPO E SEUS ACIONISTAS CONTROLADORES E COLIGADAS

Transações Com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)	Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
Ativo	87.137	95.005
Contas a Receber, Líquida da PECLD	64.970	73.761
Corumbá Concessões S.A.	369	1.814
Energética Corumbá III S.A.	90	88
Governo do Distrito Federal	64.511	71.859
Demais Ativos	22.167	21.244
Dividendos/JSCP	9.347	7.715
Corumbá Concessões S.A.	328	308
Energética Corumbá III S.A.	1.356	1.356
Investco S.A.	7.663	6.051
Empréstimos e Financiamentos (Mútuos)	12.820	13.529
Corumbá Concessões S.A.	12.820	13.529
Passivo	134.877	151.430
Fornecedores	23.085	24.491
Corumbá Concessões S.A.	18.902	19.208
Energética Corumbá III S.A.	4.183	5.283
Contribuição de Iluminação Pública	107.041	121.600
Governo do Distrito Federal	107.041	121.600
Dividendos	2.215	2.215
Governo do Distrito Federal	2.215	2.215
Arrendamento a Pagar	2.536	3.124
Investco S.A.	2.536	3.124

	Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017
Receitas	98.912	116.666
Receita de Comercialização de Energia	459	1.352
Corumbá Concessões S.A.	369	1.055
Energética Corumbá III S.A.	90	297
Receita de Prestação de Serviços e Fornecimento de Energia Elétrica	98.453	115.314
Governo do Distrito Federal	98.453	115.314
Despesas	53.010	45.805
Energia Comprada Para Revenda	51.518	44.660
Corumbá Concessões S.A.	42.183	35.613
Energética Corumbá III S.A.	9.335	9.047
Estimativa de Perdas Com Créditos de Liquidação Duvidosa	1.492	1.145
Governo do Distrito Federal	1.492	1.145



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27. CONCILIAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO E O FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	5.566	20.396	25.812	(1.142)
Ajustes ao Lucro/ (Prejuízo) do Período				
Depreciação e Amortização	41	69	13.909	13.094
Resultado de Equivalência Patrimonial	(3.788)	576	(14.443)	(478)
Receita de Construção			(22.710)	(15.371)
Custo de Construção - Concessão			22.710	15.371
Constituição/Reversão Estimativa de Perda com créditos de liquidação duvidosa	(5.989)	(11.603)	12.674	2.924
Encargos da Dívida			11.996	17.890
Atualização a Valor Justo do Ativo Financeiro Indenizável			(1.483)	(1.211)
Atualização Monetária - Contingências				1.536
Atualização Monetária - Mútuo	(355)	(387)	(355)	
Atualização Monetária - Contribuição de Iluminação Pública				1.432
Custo de Transação com Empréstimos			455	(204)
Provisões/Reversões de Riscos Trabalhista, Cível e Fiscais		18	111	2.363
Dividendos Recebidos	(132)		(152)	
	(10.223)	(11.327)	22.712	37.346
(Acréscimos)/Decréscimos nos Ativos Operacionais				
Contas a Receber	6.963	17.766	61.145	11.226
Estoques	(26)	3	128	
Aplicações Financeiras			(53)	
Depósitos e Bloqueios Judiciais		(1)	1.307	(647)
Valores a Receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros			16.569	68.974
Tributos e Contribuições Compensáveis	(136)	841	(2.275)	15.440
Demais Créditos	(83)	2.499	19.720	
	6.718	21.108	96.541	94.993
Acréscimos/(Decréscimos) nos Passivos Operacionais				
Fornecedores	389	(387)	29.073	(31.566)
Obrigações Tributárias	(3.000)	(1.093)	6.652	(38.277)
Contribuição de Iluminação Pública			(8.680)	(8.496)
Encargos Regulatórios			19.924	10.984
Obrigações Sociais e Trabalhistas	10	34	4.848	1894
Obrigações Societárias		(10.623)	1.100	(3.569)
Valores a Pagar de Parcela A e Outros Itens Financeiros			(62.317)	5.735
Benefícios Pós-Emprego			(71.451)	(3.866)
Obrigações Vinculadas a Concessão			(24.023)	(2.487)
Demais Obrigações	(572)	68	(1.607)	2.681
	(3.173)	(12.001)	(106.481)	(66.967)
Caixa Proveniente das Atividades Operacionais				
Recebimento de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	132	27.788	132	
Juros Recebidos - Mútuo		253		
Pagamento de Encargos da Dívida			(12.014)	(15.640)
	132	28.041	(11.882)	(15.640)
Caixa Líquido Proveniente das (Usado nas) Atividades Operacionais	(980)	36.157	26.702	67.856



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

O Grupo possui quatro segmentos divulgáveis de unidades de negócios estratégicas. Para cada um deles, a Administração analisa os relatórios internos periodicamente. O resumo seguinte descreve as operações dos segmentos reportáveis:

- Distribuição e comercialização de energia elétrica: tem como atribuição distribuir e comercializar energia, sendo responsável por operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos. Atua por intermédio da CEB Distribuição S.A.;
- Geração de energia: tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulicas. Atua por intermédio da CEB Geração S.A.;
- Comercialização de energia elétrica: tem como atribuição a comercialização de energia. Atua por intermédio da CEB Lajeado S.A. e CEB Participações S.A.; e
- Outros – Neste segmento está a Companhia Energética de Brasília – CEB: que tem como atribuições a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista e a prestação de serviços de expansão e manutenção do parque de iluminação pública do Distrito Federal; e a Companhia Brasileira de Gás S.A., que tem como atribuição a exploração do serviço público de distribuição de gás canalizado.

Informações referentes a cada segmento reportável para os períodos findos em 31 de março de 2018 e em 31 de março de 2017 estão incluídas no quadro seguinte:

28.1 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

	Exercício findo em 31/03/20178					Consolidado
	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros	Eliminações	
ATIVOS DO SEGMENTO (Líquido)	1.175.518	7.539	107.295	17.707		1.308.059
Adições (reduções) aos ativos do Segmento no Exercício	(3.125)	(19)	(5.112)	(1.009)		(9.265)
INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES			181.892	535.43	(386.149)	331.227
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	548.316	4.082	33.563	7.609	(30.405)	563.166
Custo com Energia Elétrica	(417.667)	(371)	(2.323)		30.405	(389.957)
Custo de Operação	(68.739)	(172)	(8.305)	(756)		(77.972)
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	(458)	(790)	(340)	(5.515)		(7.103)
Lucro Bruto	61.452	2.749	22.594	1.338	(0)	88.134
Receitas/ (Despesas) Operacionais	(61.638)	(469)	694	3.648	8.971	(48.796)
Despesas com Vendas	(34.925)			5.989		(28.937)
Despesas Gerais e Administrativas	(35.597)	(469)	(1.457)	(6.130)	(1)	(43.655)
Resultado de Equivalência Patrimonial			1.686	3.789	8.972	14.447
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	8.884		465			9.349
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro	(186)	2.279	23.285	4.986	8.971	39.336
Receitas (Despesas) Financeiras	(13.546)	118	(559)	462		(13.524)
Receitas Financeiras	11.585	60	553	532		12.730
Despesas Financeiras	(23.539)	58	(1.112)	(70)		(24.662)
Variação Cambial	(1.592)					(1.592)
Lucro (Prejuízo) Operacional antes dos Tributos	(13.731)	2.398	22.725	5.449	8.971	25.812
Imposto de Renda e Contribuição Social	(7.410)	(172)	(7.295)	(147)		(15.024)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente		(172)	(6.850)			(7.022)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	(7.410)		(445)	(147)		(8.002)
Lucro / (Prejuízo) do Período	(21.142)	2.226	15.431	5.302	8.971	10.788
Atribuído aos Acionistas Controladores						5.419
Atribuído aos Acionistas não Controladores						5.369



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Exercício findo em 31/03/2017					
	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado
ATIVOS DO SEGMENTO (Líquido)	967.235	6.929	112.653	13.652		1.100.469
Adições (reduções) aos ativos do Segmento no Exercício	(1.475)	(180)	(1.657)	293		(3.019)
INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES			196.779	559.317	(417.465)	338.631
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	517.095	4.615	36.564	7.898	(33.694)	532.478
Custo com Energia Elétrica	(378.535)	2.962	(4.029)		33.706	(345.896)
Custo de Operação	(63.898)	(1.892)				(65.790)
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	(169)		(927)	(6.022)		(7.118)
Lucro Bruto	74.493	5.685	31.608	1.876	12	113.674
Receitas/ (Despesas) Operacionais	(70.874)	(828)	(9.931)	7.794	34	(81.364)
Despesas com Vendas	(40.935)			11.840		(29.095)
Despesas Gerais e Administrativas	(46.661)	(835)	(11.018)	(3.438)	(1.129)	(63.081)
Resultado de Equivalência Patrimonial			1.008	(576)	46	478
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	9.163	7	79	(32)	1.117	10.334
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro	(3.940)	4.857	21.677	9.670	46	32.310
Receitas (Despesas) Financeiras	(16.250)	157	1.240	667		(14.186)
Receitas Financeiras	22.477	192	1.519	721	(289)	24.620
Despesas Financeiras	(44.449)	(35)	(279)	(54)	289	(44.528)
Variação Cambial	5.722					5.722
Lucro (Prejuízo) Operacional antes dos Tributos	(20.189)	5.013	22.917	10.337	46	18.124
Imposto de Renda e Contribuição Social	5.715	(291)	(6.848)	161		(1.263)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(10.491)	(291)	(6.825)			(17.607)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	16.206		(23)	161		16.344
Lucro / (Prejuízo) do Período	(14.475)	4.722	16.069	10.498	46	16.861
Atribuído aos Acionistas Controladores						10.498
Atribuído aos Acionistas não Controladores						6.363

**Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2018**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29. EVENTO SUBSEQUENTE**29.1 VENDA DOS ATIVOS DE GERAÇÃO E GÁS**

No dia 10 de maio de 2018, na 95ª Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a alienação das participações acionárias detidas pela CEB nas sociedades Energética Corumbá III S.A., CEB Lajeado S.A., Corumbá Concessões S.A. e BSB Energética S.A.; e das participações societárias detidas pela CEB Participações S.A. na sociedade Corumbá Concessões S.A. e no Consórcio CEMIG-CEB UHE Queimado.

Brasília, 15 de maio de 2018.

LENER SILVA JAYME
Diretor-Presidente

PAULO AFONSO TEIXEIRA MACHADO
Diretor Técnico

FERNANDO OLIVEIRA FONSECA
Diretor de Planejamento Estratégico

JOSÉ ANTONIO CASEIRO VICENTE
Diretor Administrativo-Financeiro e de
Relações com Investidores

MARLY GOMES ARAÚJO
Contadora
CRC - DF 7901/O-8

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA S.A.

Relatório do auditor independente

Informações Trimestrais - ITR

Em 31 de março de 2018

COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA S.A.

Informações Trimestrais – ITR

Em 31 de março de 2018

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as Informações Trimestrais - ITR

Balancos patrimoniais

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa - método direto

Demonstração dos valores adicionados – informação suplementar

Notas explicativas da Administração às Informações Contábeis Intermediárias

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS (ITR)

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Companhia Energética de Brasília S.A.

Brasília – DF

Introdução

Revisamos as Informações Contábeis Intermediárias da Companhia Energética de Brasília S.A. (“Companhia”), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente para os períodos de três meses findos naquela data, e das demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais Notas Explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da entidade e ISRE 2410 - Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente, às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as Informações Trimestrais - ITR

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as Informações Contábeis Intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis a elaboração das Informações Contábeis Intermediárias.

Ênfase

Chamamos a atenção para o fato de que a controlada direta CEB Distribuição S.A. apresenta histórico de deficiência de capital de giro e alto índice de endividamento. Adicionalmente, em razão das características inerentes à sua atividade operacional e por exigência dos órgãos concedente e regulador, existe a necessidade de constantes investimentos para manutenção e desenvolvimento das suas atividades. Esses fatos indicam dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Os planos da Administração para manutenção das atividades estão descritos na Nota Explicativa nº 2.3.1.1 (i). As informações trimestrais - ITR mencionadas no primeiro parágrafo foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios e, assim, não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos, que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

Revisamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas Informações Contábeis Intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as Informações Trimestrais – ITR tomadas em conjunto.

Brasília-DF, 15 de maio de 2018.

BDO RCS Auditores Independentes SS

CRC 2 SP 013846/O-1 – S - DF

Alfredo Ferreira Marques Filho

Contador CRC 1 SP 154954/O-3 – S - DF

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

A Diretoria, com fundamento no inciso III, art. 27 do Estatuto Social da CEB, e em consonância com o disposto na Resolução nº 1.184/2009, editada pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC em 28.08.2009, e na Instrução nº 480/2009, art. 25, inciso VI, e art. 29, ambos da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, RESOLVE autorizar a emissão e divulgação das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia Energética de Brasília – CEB, referentes ao 1º trimestre de 2018.

LENER SILVA JAYME

Diretor-Presidente

FERNANDO OLIVEIRA FONSECA

Diretor de Planejamento Estratégico

JOSÉ ANTONIO CASEIRO VICENTE

Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

PAULO AFONSO TEIXEIRA MACHADO

Diretor Técnico

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Energética de Brasília – CEB, sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede no Setor de Indústria e Abastecimento, Área de Serviços Públicos, Lote C, S I A, Brasília, inscrita no CNPJ sob nº. 00.070.698/0001-11, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório de Auditoria da BDO RCS Auditores Independentes SS, relativamente às informações trimestrais da CEB referentes ao 1º trimestre de 2018; e,

(II) reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da CEB relativas ao 1º trimestre de 2018.